

Gorro

42%

das denúncias

Óculos ou
Face Shield

67%

das denúncias

Máscara tipo
N95 ou PFF2

86%

das denúncias

Capote
impermeável

66%

das denúncias

FALTAM EPIs EM TODO O PAÍS

PÁG. 32

Luvas

24%

das denúncias

MILHÕES DE

ACESSOS

aos artigos em 2019 da

RAMB

JOURNAL OF THE BRAZILIAN MEDICAL ASSOCIATION

Publicada desde 1953



acesse em:
www.scielo.br/ramb

Destaques

Painel • Prática ilegal da medicina

Gestores públicos querem convocar egressos de faculdades de medicina do exterior sem diplomas revalidados para atuar na pandemia. O Congresso Nacional também avalia outros projetos de lei que podem facilitar a criação do “Revalida Light”.

Pág. 6

Saber • Nicotina vicia

Invasão dos cigarros eletrônicos reacende a discussão sobre como lidar com o tabagismo, sobretudo entre os mais jovens. Dispositivos eletrônicos para fumar causam dependência mais rápida e muito mais intensa na vida dos usuários.

Pág. 12

Etc • Super-heróis

Youtuber de 13 anos ensina a fazer Face Shields para ajudar médicos que lutam contra a Covid-19 e não recebem todos os EPIs necessários.

Pág. 18

Saber • Boletins Ramb

Para auxiliar médicos e profissionais da saúde com informações sobre o novo coronavírus, a AMB criou o Boletim Ramb Covid-19, antecipando a divulgação de artigos científicos que serão publicados na Ramb.

Pág. 24

Panorâmica • Doenças coronárias

Campanha “De Coração, contra o Coronavírus”, leva informação aos profissionais de saúde e pacientes com comorbidades associadas a doenças cardiovasculares e à população em geral sobre as medidas preventivas e de combate à infecção.

Pág. 28



DIRETORIA - Gestão 2017 - 2020

PRESIDENTE
Lincoln Lopes Ferreira (MG)

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
Diogo Leite Sampaio (MT)

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
Robson Freitas de Moura (BA)

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS
José Luiz Dantas Mestrinho - Centro-Oeste (DF)
Arno Buerntner Von Ristow - Sudeste (RJ)
Eduardo Francisco de Assis Braga - Norte (TO)
Mauro Cesar Viana de Oliveira - Nordeste (MA)
Alfredo Floro Cantalice Neto - Sul (RS)

SECRETÁRIO-GERAL
Antônio Jorge Salomão (SP)

1ª SECRETÁRIA
Carmita Helena Najjar Abdo (SP)

1º TESOUREIRO
Miguel Roberto Jorge (SP)

2º TESOUREIRO
José Luiz Bonamigo Filho (SP)

DIRETOR CULTURAL
Fernando Antonio Gomes de Andrade (AL)

DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL
Carlos Alfredo Lobo Jasmin (RJ)

DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Eduardo Nagib Gai (RJ)

DIRETOR CIENTÍFICO
Antonio Carlos Palandri Chagas (SP)

DIRETORA ACADÊMICA
Maria José Martins Maldonado (MS)

DIRETOR DE ATENDIMENTO AO ASSOCIADO
Marcio Silva Fortini (MG)

DIRETORA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
Débora Eugénia Braga Nóbrega Cavalcanti (PB)

SEDE
Rua São Carlos do Pinhal, 324
01333-903 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3178-6800
E-mail: jamb@amb.org.br
www.amb.org.br

Os anúncios e opiniões publicados no *Jamb* são de inteira responsabilidade de seus anunciantes e autores. A AMB e a Timbro Comunicação não se responsabilizam pelo seu conteúdo.



Tiragem Auditada pela BDO
Relatório da Auditoria em poder da Administração



EXPEDIENTE JAMB

DIRETOR RESPONSÁVEL
Diogo Leite Sampaio

EDITOR / JORNALISTA RESPONSÁVEL
César Teixeira - Mtb: 12315

PUBLISHER
Rodrigo Aguiar

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Jorge Salomão
Carmita Abdo
Diogo Leite Sampaio
José Luiz Bonamigo Filho
Lincoln Lopes Ferreira
Miguel Roberto Jorge
Robson Moura

TIMBRO COMUNICAÇÃO
EDITOR-EXECUTIVO
Rodrigo Aguiar

CHEFE DE REDAÇÃO
Celina Maria Morosino Lopes

REPÓRTERES ESPECIAIS
Helvânia Ferreira

PRODUÇÃO

Lorraine Souza

Maria Fortes

Sabrina Moraes

Arthur Ianhez

Pedro Henrique Tenerelli De Lucena

Matheus Celestino dos Santos

Augusto de Sousa

REVISÃO

Hebe Ester Lucas

PROJETO GRÁFICO E

DIAGRAMAÇÃO

Amanda Sanchez

CAPA

Amanda Sanchez

OUVIDORIA

jamb@timbro.com.br

COMERCIAL

Tel. (11) 3253-4542

publicidade.amb@timbro.com.br

ISSN

0004-5233



A história que não gostaríamos de estar contando

Esta edição do *Jamb* é praticamente temática sobre a pandemia, apesar de não ter sido planejada nesse sentido. Mas, como ocorreu na prática médica, os acontecimentos impuseram essa realidade. E todos tiveram que se adaptar. Inclusive o *Jamb*.

Hoje, praticamente não há o que se falar na medicina que não esteja ligado à pandemia que assombra o mundo, seja sobre o monitoramento das mutações do novo coronavírus ou das especulações sobre vacinas contra ele. Seja sobre os tratamentos aos pacientes acometidos pela Covid-19.

Realmente, trata-se de uma história que preferíamos não ter que contar: a de um planeta inteiro de joelhos diante da força de um vírus altamente contagioso, que se propaga numa velocidade altíssima, com percentual elevado de infectados assintomáticos (mas que transmitem o vírus) e que se agrava de forma drástica em pacientes com outras comorbidades. Sem tratamento consagrado e sem vacinas. O cenário parece criado por roteirista de blockbuster catastrofista de Hollywood.

No mundo real, no dia a dia dos médicos, a percepção de muitos é de estarem “enxugando gelo”. Os profissionais da saúde que estão atendendo os acometidos

pela Covid-19 sofrem com a falta de condições para esses atendimentos, sobretudo de EPIs, respiradores, medicamentos básicos e leitos.

E em meio a tudo isso, insensíveis ao sofrimento humano, há quem tente tirar proveito dessa situação. Como os que querem dispensar a revalidação de diplomas de egressos de escolas de medicina do exterior, mesmo que coloquem em risco a população com Covid-19. Mesmo que não tenham comprovado estarem aptos para a atividade médica, sem terem seus conhecimentos e habilidades avaliados.

Por outro lado, iniciativas singelas e eficazes dão alento e esperança. Como a de um menino de 13 anos que criou um tutorial em vídeo para fazer *face shields* com chapas de raios-X usadas para quem está na linha de frente do combate à pandemia. Já o cardiologista Bruno Pereira Valdigem busca alternativas para o conserto e a manutenção de respiradores.

Nesta edição você também verá o que a AMB tem realizado nesse período para garantir qualidade e agilidade na oferta de informações, bem como para contribuir com a definição de políticas e estratégias para vencermos esta luta.

Boa leitura!

Diogo Leite Sampaio

Vice-presidente da Associação Médica Brasileira e responsável pela área de comunicação da AMB

Leo Martins



A saúde daqueles que estão na linha de frente

A Covid-19 trouxe um novo desafio para todos os brasileiros, especialmente aqueles que trabalham na área da saúde. A crise gerada pela pandemia expôs médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares e todos os demais trabalhadores a uma intensa carga de trabalho e pressão para lidar com a demanda de pacientes nos hospitais.

Isso tem gerado um desgaste físico e mental em todos os envolvidos no processo de atendimento ao paciente, seja ele portador de coronavírus ou não. Faltam insumos nos alguns locais de trabalho, o que agrava ainda mais o quadro. Os profissionais também não estão imunes aos efeitos psicológicos da pandemia, gerados pelo isolamento social, pelas incertezas sobre o futuro e pelo medo de adoecer. Isso pode gerar problemas como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, Síndrome de Burnout e, em casos mais graves, o suicídio.

Além do desafio de lidar com pessoas infectadas com uma doença grave, a Covid-19 também mostrou as condições de trabalho precárias em diversos locais do Brasil. Sabemos dos riscos da profissão. Porém, não podemos atuar em locais sem os insumos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados para enfrentar essa doença, uma vez que isso coloca em risco a vida dos profissionais da saúde, de seus familiares e de tantos outros pacientes que podem não estar infectados, mas

Monica Assan



necessitam de atendimento. Um médico contaminado passa a ser um vetor de transmissão e contribui para um colapso no sistema de saúde.

No início da pandemia, quando a AMB começou a divulgar quais os equipamentos necessários para a proteção individual aos médicos e profissionais da saúde, passamos a receber relatos de falta das EPIs em todo o Brasil. Por isso criamos uma pesquisa para coletar as informações por meio da página amb.org.br/epi, onde também divulgamos os resultados da pesquisa. Desde o dia 19 de março, a AMB recebeu mais de 3.700 relatos. Em diversos estados, o Ministério Público do Trabalho informou à AMB que as denúncias estão sendo apuradas e os responsáveis estão sendo fiscalizados e/ou autuados.

A entidade ainda tem buscado parcerias para a levar EPIs aos profissionais.

É primordial que as unidades de saúde ofereçam suporte aos profissionais que estão na luta contra a Covid-19 ofertando as condições adequadas para o enfrentamento da doença.

Lincoln Ferreira

Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)

Oportunistas da pandemia

Políticos querem burlar a legislação brasileira e permitir que egressos de faculdades de medicina do exterior atuem na pandemia sem revalidar o diploma

POR LORRAINE SOUZA

Em meio ao caos provocado pelo novo coronavírus no Brasil, os debates sobre o Revalida Light voltaram a ganhar os holofotes. Gestores públicos têm aproveitado a crise humanitária, sanitária e financeira para dispensar a comprovação técnica de egressos dos cursos de medicina do exterior. O Consórcio Nordeste, formado por um grupo de governadores da região, defende que esses egressos atuem sem a revalidação de diplomas durante a pandemia. O pleito do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT), por um “Revalida Temporário” foi feito em ofício enviado ao Ministério da Saúde na sexta-feira, 17 de abril, e reiterado em videoconferência realizada no fim da tarde do dia 20 de abril.

LINHA DO TEMPO

Colocar quem não tem CRM para atender os pacientes durante a pandemia é mais uma tentativa irresponsável de liberação a atuação dos egressos de faculdades do exterior que não comprovaram sua capacidade técnica. Veja na linha do tempo como funciona o esquema da revalidação e das transferências que foi denunciado pela AMB.

Diogo Sampaio recebe algumas denúncias sobre esquemas fraudulentos de Revalidação envolvendo a UFMT

Outubro 2018



Gustavo Sales/
Câmara dos Deputados

Subsecretário do consórcio formado por nove governadores do Nordeste, Thiago Campos defende a contratação de profissionais sem Revalida na Câmara dos Deputados

O momento impõe a necessidade de profissionais qualificados, dadas as características de alta complexidade com que se apresentam as manifestações clínicas e o tratamento da Covid-19. Qualificações essas que os referidos egressos de escolas médicas do exterior não comprovaram ter. A grande maioria sequer pode ser considerada capacitada para qualquer atividade como médico, tendo em vista as precárias condições nas quais foram formados: escolas que são verdadeiros caça-níqueis, sem estrutura e algumas que não são legalizadas nem nos próprios países onde estão localizadas, onde são conhecidas como “escuelas de garaje”.

“Na AMB temos condições de contribuir com o Ministério da Saúde na busca, se necessário, de médicos brasileiros para o preenchimento das vagas. Além disso, a própria pasta da Saúde já tem constituído longo cadastro para atuação na pandemia. No referido cadastro já constam registros de mais de 27 mil médicos dispostos a atuar, ou seja, quantidade bem superior aos apenas grosseiramente estimados 15 mil egressos do exterior”, alerta Diogo Sampaio.

POLÍTICAS TRAIÇOEIRAS

A não exigência do Revalida coloca em risco milhões de brasileiros que poderão ser atendidos por pessoas sem comprovação técnica para o exercício da

A AMB se dedicou a avaliar os editais de revalidação e notícias de jornais em busca das fraudes

Outubro 2018 a Maio 2019

Descoberta a existência da Revalmed Consultoria Educacional, empresa criada para orientar alunos formados em medicina no exterior a conseguirem a revalidação dos seus diplomas

Outubro 2018 a Maio 2019

A AMB consegue a ajuda de estudantes de faculdades de medicina do exterior que entraram em contato com a Revalmed para saber sobre seus serviços

Outubro 2018 a Maio 2019

medicina, num momento em que o sistema de saúde brasileiro vivencia um caos pandêmico. “É lamentável que diante de uma situação de calamidade os interesses relativos à qualidade e à segurança do atendimento à população sejam colocados, uma vez mais, em segundo plano, para forçar que os debates sobre a revalidação de diplomas sejam retomados”, avalia o vice-presidente da AMB.

A Câmara dos Deputados analisa uma série de propostas que permitem que egressos formados no exterior e que ainda não revalidaram seus diplomas no País atuem durante a pandemia de Covid-19. Outras propostas preveem a realização em caráter emergencial do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). Os textos são criados pelos mesmos deputados que tentaram o Revalida Light no Brasil em 2019 e foram derrotados pelos vetos do presidente Jair Bolsonaro.

O Projeto de Lei 2.052/2020, de autoria do deputado Luizão Goulart (Republicanos-PR), permite a contratação temporária, por órgãos de saúde (públicos e privados), de egressos formados no exterior que não prestaram o Revalida para atuarem no combate à Covid-19, durante o estado de calamidade públi-



Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB, e Luiza Cristina Frischeisen, subprocuradora-geral da República

RG/Timbro

ca. O contrato não poderá ser superior a dois anos. Pelo texto, o profissional atuará como auxiliar, sempre sob a coordenação e supervisão de médico chefe de equipe.

Já o PL 2.102/2020, do deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), também permite que o ministro da Saúde edite normas para a contratação temporária de brasileiro formado em universidade estrangeira, desde que comprovada a habilitação para o exercício da profissão, por conta da pandemia de Covid-19.

Por sua vez, o Projeto de Lei 2.071/2020, dos deputados Valmir Assunção (PT-BA) e João Daniel (PT-SE), determina a convocação imediata de brasileiros formados no exterior para atuação no combate à Covid-19. Apresentado pelo deputado Alan Rick (DEM-AC), o PL 2.104/2020 estabelece que o Ministério da Saúde emita um registro especial a todos os brasileiros formados no exterior que participaram do Mais Médicos no mínimo por um ano e que não tenham sido excluídos compulsoriamente do programa. Há ainda um PL (1.780/2020) que cria um Revalida emergencial. Pelo texto, poderão participar do exame todos os brasileiros formados no exterior.

A legislação brasileira é clara: só podem exercer medicina no Brasil os egressos do exterior que forem aprovados em processo de revalidação de diplomas. “Por isso, não podemos permitir que o oportunismo político impere neste momento tão frágil da saúde no País, fazendo com que um assunto que já estava vencido com os vetos presidenciais e pautado por lei seja retomado”, enfatiza Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

MÁ-FORMAÇÃO

Há muito tempo que a Associação Médica Brasileira tem mostrado o caos em que se encontra o ensino médico além das fronteiras do País. Como a demanda de estudantes brasileiros é elevadíssima, proliferam nesses países faculdades sem condições de oferecer bom ensino e até funcionando sem autorização do Ministério de Educação local. Muitas não possuem sequer um laboratório decente para as aulas práticas. Inclusive, há faculdades que não contam com laboratório de anatomia, que é essencial. E, quando existe, não há cadáver para a prática, mas apenas atlas, como contou um aluno. Já as bibliotecas contam com poucas obras para pesquisa.

“Estamos lidando com um inimigo cuja força ainda não foi quantificada e sobre o qual ainda sequer está estabelecida a forma correta de combatê-lo. Profissionais malformados, além de apresentarem dificuldades em fazer diagnósticos, de se tornarem presas fáceis da Covid-19, engrossando as estatísticas dos acometidos, poderão gerar sequelas e danos irreparáveis aos pacientes. Além de sobrecarregar o sistema de saúde, que já possui uma quantidade de leitos limitada, alguns dos quais passariam a ser ocupados pelos próprios e mal capacitados profissionais!”, ressalta Lincoln Ferreira.

A partir daí foi desmascarada a existência de um esquema fraudulento na revalidação de diplomas que contava também com a empresa Revalid

Outubro 2018 a Maio 2019

Identificada a estreita ligação da Revalmed e da Revalid com a UFMT e faculdades para as quais a UFMT terceiriza os serviços de revalidação

Outubro 2018 a Maio 2019

Montagem de dossiê com as irregularidades em processos de revalidação de diplomas médicos envolvendo universidades públicas e instituições privadas

Outubro 2018 a Maio 2019

O dossiê contendo o esquema bilionário foi entregue ao então secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, por Diogo Sampaio, e enviado por e-mail em 16 de maio

14 de Maio de 2019

Apresentação das denúncias à imprensa

Maio de 2019 em diante

Foi criada a comissão para debater a MPV 890, que criou o Programa Médicos Pelo Brasil, na Câmara de Deputados. O projeto recebeu mais de 300 emendas, que eram verdadeiros jabutis que desfigurariam o projeto e instalaria o Revalida Light

21 de agosto de 2019

FRAUDES NA REVALIDAÇÃO

E como se não bastasse a má qualidade de alguns cursos de medicina dos países vizinhos, a AMB tem travado uma verdadeira batalha contra esquemas fraudulentos de revalidação de diplomas no Brasil. No início de março, foram entregues à Procuradoria-Geral da República novas denúncias sobre irregularidades na revalidação de diplomas de medicina estrangeiros que envolvem faculdades públicas e privadas. As informações foram apresentadas à subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen, pelo vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, e pelo consultor jurídico da entidade, Guilherme Moura.

Na reunião, Diogo Sampaio ressaltou que o objetivo maior do processo de revalidação de diplomas estrangeiros deve ser o de avaliar a real capacidade daqueles que se formaram no exterior para atuarem como médicos no Brasil. Isso é fundamental para a

segurança e a qualidade do atendimento à população brasileira.

A atuação irregular de faculdades particulares na revalidação de diplomas médicos expedidos no exterior muitas vezes se dá de forma descarada. Por exemplo, quando revalidandos passam por cursos de complementação, que por si só são absurdos, e exercem medicina ilegalmente em postos de saúde municipais, sem nenhuma supervisão, para suprir a necessidade de aulas práticas, já que em algumas das faculdades que prometem a revalidação sequer curso de medicina possuem, muito menos hospital escola.

Parece absurdo, mas é assim que opera o esquema na revalidação de diplomas denunciado pela AMB e que também é um dos alvos da Operação Vagatomia, da Polícia Federal. A AMB continua recebendo denúncias sobre as práticas fraudulentas de revalidação de diplomas pelo e-mail denuncia@amb.org.br.

Entidades médicas nacionais pediram ao Palácio do Planalto a demissão do secretário de Educação Superior do MEC. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior prevaricou ao nada fazer diante das denúncias apresentadas pela AMB

26 de agosto de 2019

Foi deflagrada a primeira fase da Operação Vagatomia, que confirmou a gravidade das denúncias apresentadas pela AMB

03 de setembro de 2019

Foi ao ar no *Fantástico* uma entrevista do vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, sobre as denúncias da AMB

08 de setembro de 2019

A comissão especial criada para avaliar a MPV 890 apresentou o relatório do projeto que foi encaminhado para votação na Câmara dos Deputados

24 de setembro de 2019

O dossiê da AMB foi apresentado à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral da República

10 de setembro de 2019

A entidade apresentou o caos em que se encontra a revalidação de diplomas médicos no Brasil a deputados da Frente Parlamentar da Medicina

09 de setembro de 2019

Foi publicada uma matéria especial no *Estadão* sobre precariedade das faculdades de medicina em países que fazem fronteira com o Brasil, com a participação de Diogo Sampaio

25 de setembro de 2019

A AMB iniciou uma força-tarefa para derrubar as emendas da MPV 890 no Congresso Federal

Outubro 2019

O presidente da AMB, Lincoln Ferreira, se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, para reverter as ameaças impostas pelo relatório da MPV 890/19

04 de outubro de 2019

Câmara vota a MPV 890 e o PLV nº 25, de 2019, aprovando o Revalida por escolas privadas

26 de novembro de 2019

Lincoln Ferreira participou de reunião com Anibal Cruz Senzano, então presidente da Confemel, que acabava de assumir o cargo de ministro da Saúde na Bolívia. No encontro foi abordada a falta de qualidade e estrutura das escolas de medicina da Bolívia

15 de novembro de 2019

A senadora Blanca Margarita Ovelar de Duarte denunciou o funcionamento de cursos de medicina no país sem a mínima estrutura em Sessão Ordinária da Câmara de Senadores da República do Paraguay

24 de outubro de 2019

Os textos dos projetos foram aprovados no Senado e encaminhados para a sanção presidencial

27 de novembro de 2019

A AMB enviou ofício ao presidente Jair Bolsonaro solicitando vetos aos artigos que afrouxavam as regras na revalidação de diplomas médicos

03 de dezembro de 2019

O presidente Jair Bolsonaro acata solicitação da AMB e veta a inclusão de universidades privadas na aplicação do Revalida

18 de dezembro de 2019

Novas denúncias foram apresentadas à PGR (na página 8)

05 de março de 2020

O Congresso barrou a possibilidade de escolas privadas realizarem o Revalida. Os vetos do presidente Jair Bolsonaro foram mantidos pelos parlamentares

04 de março de 2020

A AMB lançou um canal para receber novas denúncias sobre esquemas de revalidação

17 de fevereiro de 2020

Vape vicia e mata!

A moda dos dispositivos eletrônicos reacende discussão sobre como lidar com o tabagismo, sobretudo entre os mais jovens

POR LORRAINE SOUZA

Dispositivos com aspecto atrativo, bonito, que provém de suas origens orientais, o que torna o encontro de amigos para fumar mais prazeroso. Eles não soltam fumaça com odor, não causam mau hálito nem espalham bitucas. Com a falsa promessa de serem menos prejudicial à saúde, os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) tem conquistado o mercado. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente o mundo tem cerca de 40 milhões de novos jovens fumantes entre 13 e 15 anos. Uma pesquisa do Programa Nacional de Tabagismo do SUS revelou que 30% dos fumantes menores de 30 anos já experimentou o vape alguma vez, indicando a propensão dos brasileiros em aderir ao hábito.

Para alertar a população sobre os riscos provocados pelo uso dos DEFs, a Associação Médica Brasileira (AMB), a Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) e a Fundação do Câncer se juntaram para lançar a campanha **#VapeVicia**. A ação ficou no ar entre 7 de abril e 15 de maio, com objetivo de impedir a liberação da comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar.

O potencial destrutivo dos dispositivos eletrônicos vem da combinação de dois vícios: em tecnologia e em nicotina. A intenção era mostrar que as inovações empregadas nesses dispositivos são uma armadilha usada pela indústria do cigarro para conquistar novos fumantes.



Alguns e-cigarros possuem design moderno, o que dificulta aos pais descobrir o uso entre adolescentes e crianças

A iniciativa ganhou ainda mais importância pelo fato de o tabagismo ser um fator agravante para a Covid-19. Entre os pacientes chineses diagnosticados com pneumonia associada ao coronavírus, segundo estudo da Organização Mundial da Saúde, as chances de agravamento da doença foram 14 vezes maiores entre as pessoas com histórico de tabagismo em comparação com as que não fumavam. Fumantes também têm maior risco de serem acometidos por infecções respiratórias provocadas por vírus, bactérias e fungos.

TECNOLOGIA ATRAI JOVENS

Quantas vezes você se pega olhando o celular para ver se há uma notificação? Quantas vezes por dia acessa suas redes sociais? Pois é, se algo assim pode viciar, imagine quando, além de tecnologia, se adiciona química? Os dispositivos eletrônicos para fumar funcionam exatamente assim. A indústria tabagista tenta relacionar o espírito cool da tecnologia com o consumo da nicotina.

"A indústria criou um produto especialmente para atrair adolescentes e jovens", avalia Alberto Araújo, presiden-

te da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB, pneumologista e coordenador do Núcleo de Estudos e Tratamento do Tabagismo (NETT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo o especialista, esses novos produtos encobrem, numa nuvem de vapor, sérios riscos às políticas de controle do tabaco.

do consumido, são subprodutos tóxicos liberados pelo vapor que causam reações do aparelho respiratório. Não é água que se vaporiza, é nicotina, é THC, é acetato de vitamina ou outra substância tóxica. Isso aumenta em 40% a chance de asma e causa sintomas cardiovasculares. Não existe no mundo cigarro saudável", observa Alberto Araújo.

#NãoSeDeixeEnganar! E-cigarro é cigarro!

Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB atua há mais de 40 anos no desenvolvimento de iniciativas antitabagistas no Brasil



O pneumologista explica que em um cartucho de cigarro eletrônico a dosagem de nicotina varia de acordo com o fabricante. "A mais baixa equivale a seis cigarros comuns. A mais alta, a 18", enfatiza. Há modelos que permitem que o consumidor maneje, na carga do produto, a quantidade de nicotina e demais substâncias. "A indústria possui dispositivos com mais de 8 mil sabores. Porém, não é o sabor que está sen-

"O conteúdo é destinado a médicos, profissionais da saúde, à imprensa e a toda a população. Nele são desvendadas as artimanhas que a indústria tabagista utiliza para vender benefícios inexistentes e falsos para atrair usuários", observa Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

Foi com a proposta de deixar isso bem esclarecido para toda a população que a AMB lançou uma página em seu site que reúne informações sobre os malefícios provocados pelos cigarros eletrônicos, vaporizadores, narguilés, entre outros dispositivos eletrônicos para fumar. A plataforma possui um formato de perguntas e respostas. O conteúdo foi elaborado pela Comissão de Combate ao Tabagismo da entidade, em parceria com a ACT Promoção da Saúde (ACT), com o apoio da Fundação do Câncer, e pode ser acessado em <https://amb.org.br/cigarro-eletronico/>

O diretor científico da AMB, Antonio Carlos Palandri Chagas, enfatiza a importância dos esclarecimentos sobre os DEFs. *“Recomendo a leitura do material por pais e educadores, pois com formatos inusitados e sabores, a indústria pretende atingir um público mais jovem com os cigarros eletrônicos. Se aqueles que devem orientar as crianças e adolescentes não estiverem preparados, até mesmo para reconhecer que o que o filho ou aluno carrega é um e-cigarro, corremos o risco de ter um crescimento grande de fumantes nessas modalidades.”*

PRODUTO ALTAMENTE VICIANTE

Muitos adolescentes e jovens se sentem seguros em vaporizar por achar que esses produtos não viciam. E a página da AMB sobre e-cigarros tem o objetivo de mostrar quão eles estão extremamente enganados. De acordo com Stella Regina Martins, membro da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB e do Programa de Tratamento ao Tabagismo do Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), os usuários de cigarros eletrônicos que contêm nicotina apresentam elevado risco de se tornar dependentes.

“A concentração e a forma de entrega dessa substância psicoativa interferem na rapidez com que a adicção se instala. Até a presente data, a nicotina liberada pela combustão do tabaco era considerada a mais adictiva. Nos jovens, a quantidade de nicotina necessária para estabelecer uma adicção foi estimada em cerca de 5 mg por dia, ou um quarto de um pod de cigarro eletrônico”, explica Stella Martins, uma das responsáveis pela elaboração da página.



Stella Martins em entrevista ao Jornal Nacional sobre cigarros eletrônicos

Stella Martins alerta que os jovens que fazem uso do cigarro eletrônico em forma de *pen drive* apresentam sinais de severa dependência, nunca observada em usuários pesados de cigarros tradicionais. *“Os sintomas marcadores de alta dependência relatados pelos jovens incluem: incapacidade de concentração na sala de aula, uso do dispositivo assim que acordam e despertar na madrugada com fissura”,* enfatiza.

A especialista ressalta que a indústria do cigarro quer convencer a opinião pública, os pais e as autoridades brasileiras que os vaporizadores fazem menos mal que o cigarro convencional, para ter a comercialização liberada no Brasil.

“Mas a realidade é que o cigarro eletrônico ou de tabaco aquecido não afasta os fumantes do fumo, ao contrário, pode ser usado para atrair novos consumidores. É uma tecnologia que vicia e mata, por isso, não podemos permitir que seja liberada para ser comercializada”, reforça.

A INDÚSTRIA NÃO SE CANSA DE ENGANAR

Os fabricantes de cigarros têm pressionado a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para liberar o comércio dos DEFs no Brasil, especialmente os cigarros eletrônicos e os produtos de tabaco aquecido, sob a alegação de que teriam risco reduzido por não terem combustão e serem destinados a adultos fumantes que não querem

ou não conseguem parar de fumar. Entretanto, não há evidências conclusivas de pesquisas independentes, ou seja, sem conflito de interesse e que não sejam financiadas pelas empresas de tabaco, de que os DEFs reduzem realmente os danos à saúde. Na verdade, pesquisas revelam que substâncias altamente tóxicas estão presentes nos DEFs e que houve aumento no consumo entre jovens nos países em que eles podem ser comercializados.

“O discurso de que os dispositivos eletrônicos para fumar são um produto de menor risco é sedutor, mas é preciso lembrar que já foi usado antes pela indústria de tabaco de

forma enganosa, quando lançaram os cigarros light. Os DEFs também viciam e causam doenças e mortes, por isso o alerta de nossa campanha. A novidade tecnológica atrai para a experimentação, mas depois aprisiona para o consumo, assim como outros produtos para fumar”, destaca Mônica Andreis, diretora executiva da ACT Promoção de Saúde.

COMBATE AO TABAGISMO NO BRASIL

Em 1979, a AMB criou a sua Comissão de Combate ao Tabagismo, inicialmente com caráter especial e depois, em 1986, como permanente.

A atuação da entidade sempre se destacou na luta contra o tabaco. O oncologista Antônio Pedro Mirra foi o responsável pela fundação da Comissão e a presidiu até 2018. Mirra foi um dos pioneiros nessa luta e responsável, em 1979, pelo lançamento do Programa Nacional contra o Fumo da AMB, que foi modelo para o Ministério da Saúde, em 1985, estruturar o programa nacional. Ele encabeçou diversas estratégias visando um mundo livre de tabaco, cigarros eletrônicos e vaporizadores.

Em 1988 a AMB teve a iniciativa de participar na promoção e efetivação da proibição total do fumar nos aviões, em todas as viagens, com qualquer duração, no território nacional, fornecendo subsídios técnico-científicos comprovantes dos malefícios do fumar



Antônio Pedro Mirra foi um dos fundadores da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB e lançou em 1979 o Programa Nacional contra o Fumo da entidade

nesse transporte aéreo, ao produzir o folheto “Por que não se deve fumar nos aviões”, distribuído nos aeroportos de São Paulo durante um mês, em colaboração com o Departamento de Aviação Civil (DAC).

Desse movimento resultou a liminar da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, ratificando essa proibição. Inúmeras manifestações científicas e populares foram promovidas pela AMB em São Paulo, destacando-se: o Workshop sobre o Controle do Tabagismo (1982), o Seminário Nacional sobre o Controle do Tabagismo e o II Conbat (1984) e as 1ª e 2ª Corridas do Não Fumar (1985 e 1986), primeiras iniciativas no País. Participou das primeiras comissões (1981), grupos assessores (1985, 1991) do Ministério da Saúde e na criação do Comitê Latino-americano Coordenador do Controle do Tabagismo (1983), tendo na sua presidência um representante da AMB (1986–1990), do Comitê Co-

ordenador do Controle ao Tabagismo no Brasil (1984) e da Associação de Mulheres da América Latina para o Controle do Tabagismo no Brasil (1991).

O Brasil chegou a ser premiado em 2019 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por ser o segundo país, depois da Turquia, a ter adotado integralmente todas as medidas previstas no relatório MPower, que são consideradas as melhores práticas para o controle do tabagismo.

Atualmente, a prevalência de fumo no País é de 9,3%, segundo pesquisa do Ministério da Saúde, o que representa uma redução de 40% no consumo de tabaco em 13 anos. Medidas como políticas de preços e impostos, restrição da publicidade, ambientes livres de fumo, entre outras, foram fundamentais para essa conquista, e é preciso continuar avançando.

Alberto Araújo, presidente da Comissão de Combate ao Tabagismo, e Analucia Saraiva, gerente sênior de Relações Científicas da Souza Cruz, durante debate sobre a regulamentação do cigarro eletrônico realizado pela revista Época.



Adriana Lorete / Agência O Globo

CUSTOS DO TABAGISMO

No combate ao tabagismo, a Organização Mundial da Saúde, por meio das medidas previstas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), vem limitando e regulando a indústria do tabaco e seus produtos, uma vez que há evidências mais que suficientes sobre os malefícios causados pelo fumo à saúde, ao meio ambiente, à economia e à sociedade como um todo.

No Brasil, um estudo do Instituto Nacional de Câncer verificou que o País gasta cerca de R\$ 57 bilhões ao ano com despesas médicas e de perda de produtividade relacionadas a doenças provocadas pelo fumo. A indústria do tabaco, por sua vez, paga apenas R\$ 13 bilhões ao ano em tributos. Isso significa que há um rombo de pelo menos R\$ 44 bilhões para o sistema de saúde brasileiro. Todos os dias, 428 pessoas morrem devido ao tabagismo no País.

Apostar em novas tecnologias e alegar que existem produtos com menos riscos é a saída

da indústria do tabaco para tentar se manter no mercado e conquistar novos consumidores. Essa estratégia, no entanto, não é nova. As empresas já lançaram produtos denominados *light* e “suave”, que acabaram por ser proibidos porque não representavam menos riscos à saúde. Assim, vemos que apostar em novos produtos e usar estratégias de marketing para induzir uma percepção de redução de danos é puramente uma questão de sobrevivência no negócio.

As táticas usadas para promover os DEFs são muito parecidas, tanto no Brasil quanto em outros países. Algumas usam mensagens que afirmam, explícita ou implicitamente, que são alternativas mais seguras e menos tóxicas aos cigarros convencionais. Publicidade com modelos jovens e atraentes, patrocínio de festas e eventos, colocação de produtos à vista e uso de influenciadores de mídias sociais são técnicas surpreendentemente semelhantes às usadas anteriormente pela indústria de cigarros para seus produtos tradicionais.

Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB atua há mais de 40 anos no desenvolvimento de iniciativas antitabagistas no Brasil



Super-herói é um Jovem
youtuber de 13 anos

Super-heróis contra a Covid-19

Jovem de 13 anos ensina a fazer EPIs para ajudar médicos e profissionais de saúde

POR ARTHUR IANHEZ

Os médicos e demais profissionais de saúde que estão na linha de frente no combate à Covid-19 comoveram o mundo com o seu empenho para salvar milhares de pacientes. Em abril, a população da Itália e da Espanha foi para as janelas aplaudir aqueles que estavam lutando contra a pandemia. O mesmo se repetiu no Brasil e em outros países. No domingo de Páscoa o Cristo Redentor estava “vestido” de jaleco e mostrou imagens de médicos atuando em hospitais cariocas. Entre as diversas iniciativas individuais e coletivas para apoiar esses profissionais, uma atitude em especial chamou a atenção: a de um super-herói de apenas 13 anos, que criou máscaras do tipo *face shield* usando chapas de raios X. Uma iniciativa carregada de solidariedade, empatia e carinho, tão importante em meio à pandemia.

Como todo super-herói, o jovem terá a sua verdadeira identidade preservada. Youtuber há dois anos, o adolescente customiza bonecos de Batman, Hulk e Homem-Aranha — este o seu personagem favorito. Entretanto, com a pandemia do novo coronavírus, decidiu deixar os brinquedos de lado e usar suas habilidades para ajudar outros heróis: os profissionais de saúde que lutam contra a Covid-19 e não recebem todos os EPIs (equipamentos de proteção individual) necessários.

A ideia surgiu a partir de um trabalho na escola em que os alunos tinham de criar máscaras caseiras. “Imagino que algumas cidades pequenas não terão acesso a esses equipamentos. Espero ter ajudado essa classe, que

hoje são nossos heróis”, disse o jovem à AMB. Seu canal no YouTube conta com quase 40 mil seguidores.

“É muito gratificante ver alguém tão jovem tendo esse tipo de atitude. Isso gera uma motivação para continuar lutando contra a doença, mesmo diante das dificuldades”, disse o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, ao assistir ao vídeo com o tutorial feito pelo adolescente.

A iniciativa do youtuber de 13 anos, no entanto, joga luz sobre um dos maiores problemas enfrentados pelos médicos até o momento: a falta dos EPIs. “É muito bacana ver o que ele fez, mas também mostra o quanto os médicos e demais profissionais de saúde estão expostos. Não podemos deixar que atuem nessas condições. Estamos trabalhando para que o problema seja resolvido e garantir mais segurança para essas pessoas que estão na linha de frente contra a Covid-19.”

PASSO A PASSO PARA CONFEÇÃO DA MÁSCARA

<https://www.youtube.com/watch?v=ZpeiLfsuQv0&t=4s>

Em uma bacia grande, coloque as chapas de raios X, despeje água sanitária e deixe entre 15 e 20 minutos.

Esfregue as chapas para retirar o excesso de acetato e enxágue na água, protegendo as mãos e o rosto, principalmente olhos, e demais áreas expostas do corpo.

Faça uma tira de 3 cm de largura na chapa e grampeie-a na parte superior da máscara, deixando para fora 5 cm, fazendo com que a chapa forme um arco.

Faça um furo nas tiras que ficaram para fora e amarre um elástico nos dois lados.



A AMB intensifica a atuação da Comissão de Assuntos Parlamentares

No Congresso Nacional, a comissão defende os médicos e a saúde em pautas como a revalidação de diplomas, empréstimos emergenciais e EPIs para os atendimentos na pandemia

POR ARTHUR IANHEZ E CELINA LOPES



Plenário do Senado Federal

Em um momento difícil para o Brasil, em meio à pandemia de Covid-19, a Associação Médica Brasileira continua atuando em defesa dos médicos e da prática médica, em pautas que já estavam definidas e nas novas que surgiram ou foram agravadas após a chegada do vírus ao Brasil. Diretoria, Comissão de Assuntos Políticos (CAP) e Assessoria Parlamentar da AMB não medem esforços para impedir, complementar ou propor a aprovação de textos em leis que interfiram na qualidade de atendimento em saúde no Brasil, levando aos parlamentares a visão da entidade e dos médicos brasileiros.

ATUAÇÃO SEM CRM E FLEXIBILIZAÇÃO EM REVALIDAÇÃO

Em março de 2020, após intensa mobilização da entidade com parlamentares em Brasília, o Congresso barrou a possibilidade de universidades privadas realizarem o exame Revalida.

Os vetos do presidente Jair Bolsonaro sobre a proposição, solicitados pela AMB e atendidos pelo presidente em dezembro de 2019, foram mantidos pelos deputados e senadores, após receberem todas as informações da AMB sobre o impacto dessa decisão na saúde da população, bem como sobre as práticas de determinadas faculdades privadas, que valorizam muito mais a receita advinda de tais processos do que a boa avaliação para a prática médica. Uma dessas escolas, a Universidade Brasil, foi, inclusive, objeto

da Operação Vagotomia da Polícia Federal (leia mais sobre o tema na página 10)

“Faculdades particulares aplicarem o exame seria retirar do poder público a governabilidade da revalidação, o que traria riscos à qualidade do exame devido a critérios de avaliação que poderiam ser mais flexíveis em escolas com interesses econômicos”, enfatiza o presidente da AMB, Lincoln Ferreira.

O vice-presidente da entidade, Diogo Sampaio, ressalta que a conquista foi fruto de um longo e minucioso trabalho de apuração, iniciado no final de 2018, das denúncias realizadas pela AMB para combater as fraudes na revalidação e da Operação Vagotomia. *“Durante todo o ano de 2019, e ainda em 2020, a AMB dedicou-se a desmascarar os esquemas bilionários na revalidação de diplomas médicos no País. As primeiras irregularidades foram denunciadas pela AMB formalmente ao MEC em maio de 2019, e na sequência e com mais elementos, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral da República”, diz Diogo.*

A diretora de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), Débora Cavalcanti, também apresentou para a Confederação Médica Ibero-Latino-Americana e do Caribe (Confemel) a situação precária de algumas instituições fora do Brasil.

Débora Cavalcanti, diretora de Assuntos Parlamentares da AMB e presidente da CAP, com Napoleão Puente de Salles em reunião das Federadas apresentando novo modelo de atuação da CAP



A AMB recebeu mais de 3.700 denúncias sobre a falta de EPIs

Adobe Stock

Apesar da vitória no Congresso sobre a revalidação de diplomas apenas por universidades públicas, alguns deputados e senadores tentaram apelar para a crise do novo coronavírus a fim de liberar a atuação de egressos de cursos de medicina de instituições estrangeiras no Brasil sem revalidação de diploma. As medidas teriam validade enquanto a pandemia de Covid-19 perdurasse sob a justificativa de ampliação do atendimento médico no País.

O senador Telmário Mota (PROS-RR), a deputada Jaqueline Cassol (PP-RO), a deputada Rejane Dias (PT-PI) e o deputado Luizão Goulart (Republicanos-PR) foram alguns dos parlamentares que apresentaram propostas para eximir ou flexibilizar a revalidação de diplomas de egressos do exterior. Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB, classificou como oportunistas as propostas de grupos políticos para que esses profissionais atuem no combate à Covid-19 sem revalidação do diploma.

“Em um momento como este, é inaceitável que políticos interesseiros queiram retomar o tema, que já foi vetado pelo presidente e aprovado pelo Congresso Nacional. A não exigência de Revalida coloca em risco milhões de brasileiros que poderão ser atendidos por pessoas sem comprovação técnica para o exercício da medicina”, disse.

Entre os apoiadores da proposta está o Consórcio Nordeste, que deseja que 15 mil egressos do exterior exerçam a medicina sem comprovação técnica. A AMB está na Justiça para que a proposta não tenha prosseguimento.

“Aceitar isso, além de desrespeitar a legislação brasileira em relação ao exercício legal da medicina, poderá colocar o sistema de saúde em colapso”, comenta Diogo.



Lincoln Ferreira com o senador Eduardo Girão para falar sobre a proposta de crédito emergencial

“Profissionais malformados, além de apresentarem dificuldades em fazer diagnósticos, de se tornarem presas fáceis da Covid-19, engrossando as estatísticas dos acometidos, poderão gerar sequelas e danos irreparáveis aos pacientes”, afirmou Lincoln Ferreira, em entrevista à CNN.

Os esforços da AMB para impedir tal descalabro seguem, com o monitoramento constante das ações no Congresso e do Consórcio Nordeste, e a atuação de esclarecimento junto à população e aos parlamentares, além de junto ao Ministério da Saúde e na esfera judicial.

IMPACTO FINANCEIRO DA PANDEMIA NAS PEQUENAS CLÍNICAS

Com a grave crise sanitária e financeira causada pela Covid-19, milhares de pequenas clínicas e estabelecimentos de saúde tiveram cancelados consultas, exames, cirurgias e procedimentos diversos, o que, em muitas situações, levou o faturamento a zero para grande parte dos médicos do Brasil, durante a vigência das restrições para combater a pandemia.

Para amenizar o problema, a AMB, em abril, apresentou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, uma proposta de linha de crédito especial aos profissionais da saúde. No mesmo dia a proposta também foi levada ao senador Eduardo Girão (Podemos-CE). A AMB

estima que a proposição tem potencial de beneficiar diretamente cerca de 250 mil médicos.

A AMB reconhece a importância dos médicos autônomos e dos pequenos consultórios na estrutura de atendimento à população. A proposta contribui para que esses estabelecimentos continuem funcionando, garantindo também empregos diretos e indiretos. Os principais pontos da medida são:

- Criação de uma linha de crédito a ser disponibilizada diretamente pelo BNDES ou pelas instituições cooperativas de crédito no valor total de até R\$ 5 bilhões, com taxa de juros subsidiada e à margem da Selic, carência de seis meses e prazo de até 48 meses para pagamento.
- Diferimento do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), por parte de tais médicos, pelo prazo de seis meses, contados do mês em que for auferida a respectiva receita.

O texto foi elaborado pelo presidente da AMB, Lincoln Ferreira, pelo diretor de Defesa Profissional, Carlos Alfredo Lobo Jasmin, pelo diretor de Atendimento ao Associado, Marcio Silva Fortini, pelo presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Glaydson Gomes Godinho, e pelo urologista José Eduardo Fernandes Távora, com apoio de Danilo Gregio, administrador da AMB e da assessoria jurídica, com Guilherme Moura de Sampaio Ferraz Advogados.

INDENIZAÇÃO POR SEQUELAS E FALECIMENTO POR COVID-19

Outra proposta que também ganhou destaque foi o PL 1906/2020, do deputado Hugo Motta (Republicanos/PB), que torna obrigatório o pagamento de compensação aos profissionais de saúde que atuam no enfrentamento da Covid-19 e que venham a ter invalidez parcial permanente, invalidez total ou falecerem em decorrência do vírus.

A proposição foi levada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) ao deputado. “Há uma dificuldade global na oferta e obtenção de equipamento de proteção individual para esses trabalhadores, o que eleva exponencialmente o risco de contaminação pelo coronavírus. Hoje sabemos que entre 20% e 30% dos profissionais de saúde vão adquirir essa infecção”, comenta o presidente da SBC, Marcelo Queiroga.

O projeto surgiu por conta do aumento de casos de contaminação de médicos e demais profissionais de saúde pela Covid-19, muitas vezes, devido à falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) durante o atendimento a pacientes com a doença.

Diogo Sampaio endossa o apoio da AMB e reforça a importância da medida. “Isso não substitui a perda de um ente querido, mas é uma forma de compensar médicos e demais profissionais de saúde que se arriscam contra a Covid-19 e muitas vezes sem os equipamentos básicos”, comenta.

FALTA DE EPIs EM DISCUSSÃO NA CÂMARA

Relatório sobre a falta de EPIs para o atendimento médico foi levado pelo vice-presidente da AMB, Diogo Leite Sampaio, em 29 de abril, à reunião técnica da Comissão de Ações Preventivas ao Coronavírus no Brasil, da Câmara dos Deputados. A pauta do dia foi a “Situação dos Equipamentos de Proteção Individual no Brasil”.

Diogo teve a oportunidade de expor aos parlamentares a problemática enfrentada por médicos e demais profissionais de saúde no combate à Covid-19. “A falta de EPIs não só ocasiona a doença nos profissionais de saúde, como também pode gerar um colapso no sistema. O médico contaminado passa a ser um vetor de transmissão”, disse.



Divulgação SBC

Lincoln Ferreira e Antonio Carlos P. Chagas, presidente e diretor Científico da AMB, com Marcelo Queiroga, presidente da SBC, que levou ao deputado Hugo Motta a proposta de indenização por sequelas e falecimento por Covid-19.

A AMB criou um canal para denúncias sobre falta de EPIs e, desde o dia 19 de março, são mais de 3.300 relatos. Diogo apresentou as estatísticas dessas denúncias durante sua participação. Sobre as queixas, a AMB recebeu retorno do Ministério Público do Trabalho em diversos estados, bem como de secretarias de Saúde, informando que as denúncias enviadas pela AMB aos órgãos estão sendo apuradas e, em alguns casos, os locais estão sendo fiscalizados e/ou autuados.

ESTRUTURA DE APOIO À CAP

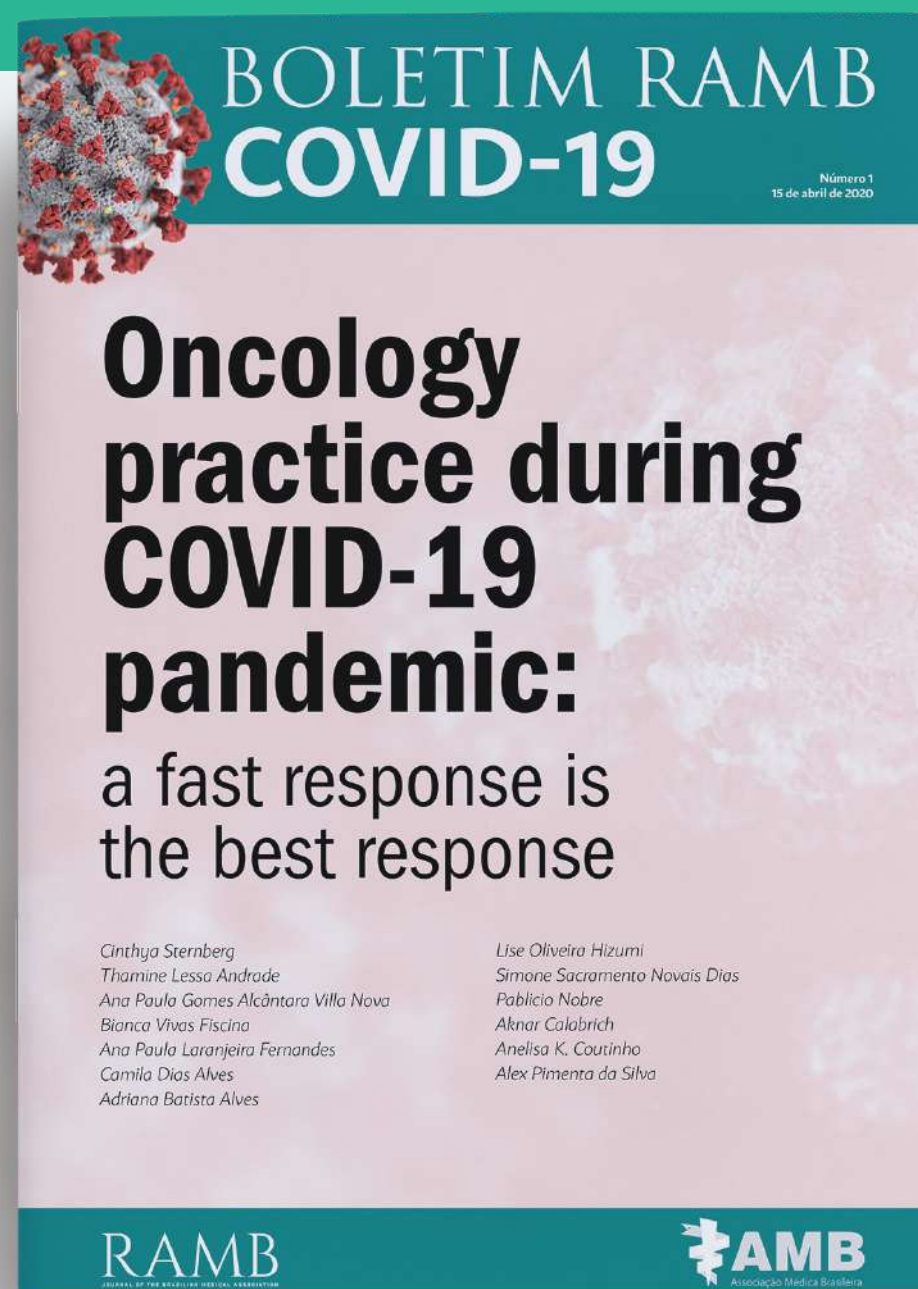
A atuação da AMB com a Comissão de Assuntos Políticos está crescendo, bem como a participação das Federadas e Sociedades filiadas nos temas políticos, em especial em Brasília, tanto no acompanhamento de pautas de interesse quanto no trabalho junto aos parlamentares, ministérios e Executivo.

Para melhor atender às demandas da AMB, a CAP já contava com a Assessoria Parlamentar da NK Consultores e, desde o ano passado, a AMB já havia ampliado o apoio na capital federal, com disponibilização de secretária na sala da AMB na Associação Médica de Brasília (AMBr) e carro com motorista, que fica disponível tanto para a entidade quanto para as Federadas e Sociedades de Especialidade que se dirigem à cidade.

Agora, em novo convênio com a AMBr, será ampliada a estrutura física da AMB em Brasília, com quatro salas e toda a infraestrutura de equipamentos necessários.

Revista científica da AMB antecipa publicação de estudos sobre a pandemia

POR MATHEUS CELESTINO DOS SANTOS



Antônio Carlos Palandri Chagas,
diretor científico da AMB

Com o início da pandemia, a população começou a procurar cada vez mais informações sobre o novo coronavírus. Recorrentemente o site da AMB tem sido buscado para isso, sendo a notícia sobre como diagnosticar o coronavírus (publicada em fevereiro de 2020) visitada 1.231.559 vezes até o final de abril. Com isso, a Associação Médica Brasileira (AMB) teve a iniciativa de criar o boletim Ramb Covid-19, com o intuito de antecipar a divulgação de artigos científicos sobre o assunto e que foram submetidos à Ramb (revista científica da AMB) e aprovados pelos editores do periódico. “Nesse momento todos os tipos de informações são válidos. Precisamos nos manter informados para nos defender e sair desse momento difícil o mais rápido possível”, afirma Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Contudo, o boletim Ramb Covid-19 vê que é fundamental que os artigos científicos cheguem

rapidamente à classe médica nesse momento de emergência mundial de saúde pública.

“Os artigos foram escritos por especialistas e selecionados dentro dos critérios da Ramb para esclarecer temas fisiopatológicos, assim como oferecer orientações de prevenção e tratamento da doença. Dessa forma, esperamos colaborar com os médicos para o melhor atendimento aos seus pacientes, com a disponibilidade mais ágil desses artigos, antes de sua publicação na Ramb”, comenta Carlos Serrano Jr., editor-chefe da Ramb.

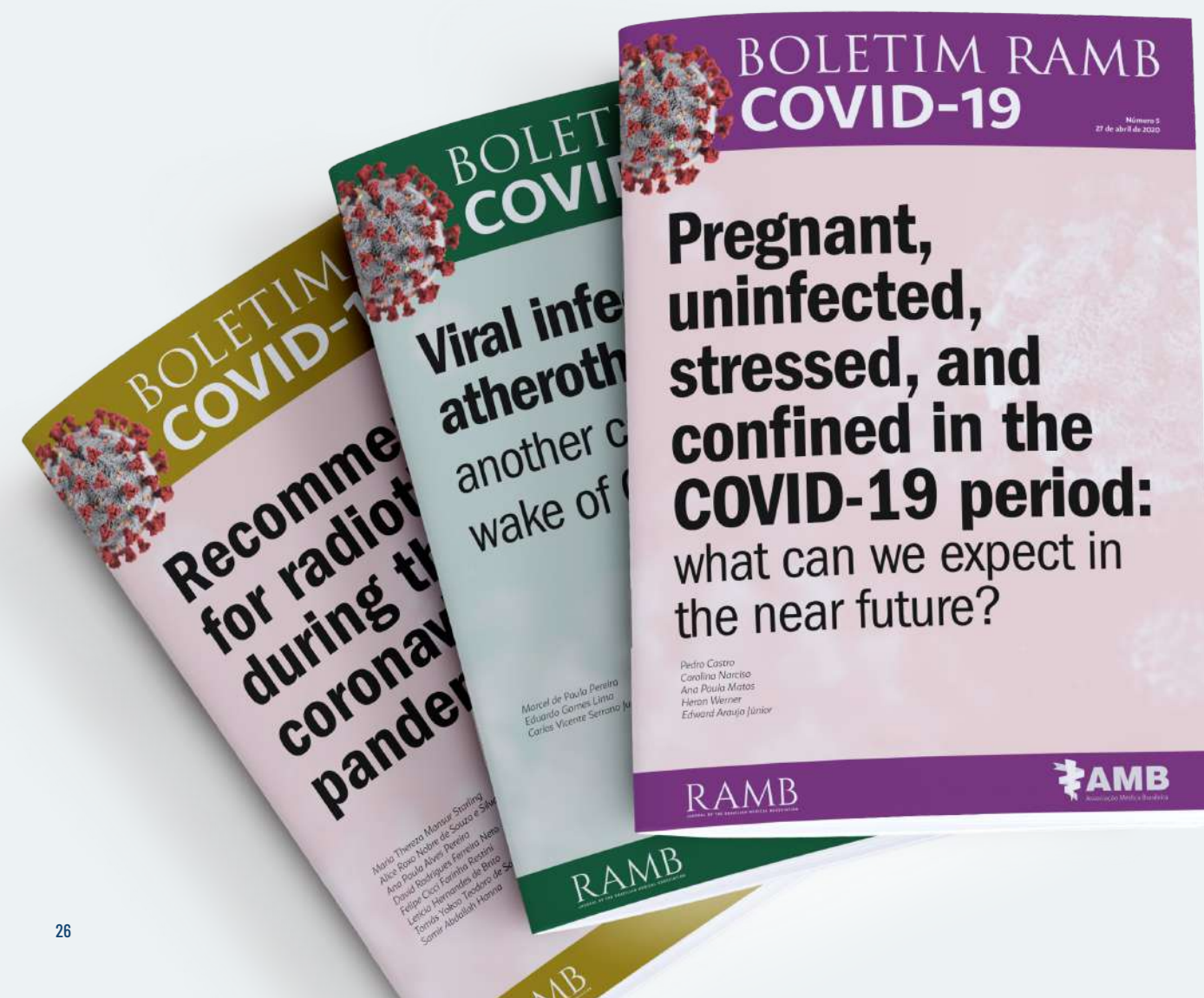
Para o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, “em um momento em que há uma emergência mundial de saúde pública, é fundamental que o conhecimento científico gerado durante a pandemia chegue rapidamente à classe médica”, avalia.



Carlos Serrano, editor-chefe da Ramb

O diretor científico da AMB, Antonio Carlos Palandri Chagas, pontua que “*neste momento ímpar vivido no mundo por conta da pandemia de Covid-19, a AMB cumpre seu papel de estar levando à comunidade científica brasileira os recentes artigos sobre os mecanismos fisiopatológicos e aspectos clínicos relevantes dessa situação que assola a saúde pública*”.

O coordenador de Diretrizes da AMB, Wanderley M. Bernardo, ressalta que “*as publicações trazem o que há de mais atual dos mecanismos fisiopatológicos, tratamento e consequências na pandemia da Covid-19*”, afirma.



BREVES RESUMOS DAS PRIMEIRAS EDIÇÕES:

1. A primeira edição foi realizada por pesquisadores na Bahia, com o intuito de mostrar o manejo e a implementação de práticas contra o vírus em pacientes ambulatoriais com câncer.
2. Realizado por alunos de medicina e por professores do Departamento de Cirurgia e do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas (DACT) da Universidade Federal do Ceará, os autores do estudo buscam mostrar biomarcadores que possam ser utilizados para diagnosticar e monitorar a evolução das infecções causadas pelo coronavírus.
3. Estudo de pesquisadores do Hospital Sírio-Libanês mostra importantes recomendações para pacientes oncológicos em tratamento e confirmados ou com suspeita de Covid-19, bem como para pacientes que já concluíram o tratamento.
4. Realizado por pesquisadores alagoanos, a quarta edição do boletim *Ramb* Covid-19 teve um artigo de revisão referente a epidemiologia, manifestações clínicas, diagnóstico laboratorial, tratamento e perspectivas futuras relacionados à infecção pela Covid-19.
5. Realizados por instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro, o boletim traz alguns apontamentos de medidas preventivas para gestantes em meio à Covid-19.
6. Pesquisadores do Departamento de Aterosclerose do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo, trazem um novo estudo sobre relação da Covid-19 com infecções virais e aterotrombose.
7. Com a participação de Lincoln Lopes Ferreira, presidente da AMB, Antonio Carlos Palandri Chagas, diretor científico, e Wanderley Marques Bernardo, coordenador do Programa Diretrizes, o estudo traz uma reflexão do impacto do coronavírus em nossa sociedade.

Os efeitos da pandemia no coração



Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) lança a campanha
“De Coração, contra o Coronavírus”

POR ARTHUR IANHEZ

A Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), diante do cenário de emergência em saúde pública devido à pandemia global de Covid-19, lançou a campanha “De Coração, contra o Coronavírus”. A ação visa levar informação e conhecimento aos profissionais de saúde, aos pacientes com comorbidades associadas a doenças cardiovasculares e à população em geral sobre as medidas preventivas e de combate à infecção.

A pandemia de Covid-19 não afetou apenas pacientes contaminados com a doença, como também impactou a vida de milhares de pessoas com outras patologias, especialmente aqueles com problemas cardiológicos,

com tratamentos interrompidos, quer pela superlotação de hospitais, quer pelo receio de buscar atendimento quando necessário, além de mais sujeitos ao agravamento da Covid-19, quando infectados.

Marcelo Queiroga, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), aponta que cerca de 70% das mortes no mundo são causadas por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), sendo que quase 45% desse número são decorrentes de doenças cardiovasculares (DCV) — mais de 17 milhões perderam a vida por conta de DCV. No Brasil, as doenças do coração são responsáveis por cerca de 30% dos óbitos de DCNT.

Antonio Carlos Palandri Chagas, diretor científico da AMB, comenta que existe uma relação entre a infecção do vírus e pacientes cardiológicos. “A Covid-19 é uma doença nova e na qual já está bem definido que o risco de morte aumenta de acordo com a presença de comorbidades, particularmente aquelas relacionadas às afecções cardíacas”, comenta Chagas, que também é ex-presidente da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp).

No site criado pela SBC há tudo sobre a campanha, informações sobre a pandemia no mundo, e-books sobre como cuidar do coração nesse cenário,

recomendações nutricionais para fortalecer a imunidade cuidando da alimentação, diretrizes da AMB sobre Covid-19 e muito mais (www.coronavirus.cardiol.online).

Lidar com as doenças cardiovasculares já é um desafio para as autoridades, porém, com o surto do novo coronavírus, tornou-se ainda mais importante — a taxa de mortalidade em pacientes infectados com o vírus e com patologias cardiovasculares pode superar os 10%.

“Assim, agrava-se um crônico problema de saúde pública: a elevada mortalidade cardiovascular, um grande desafio para as autoridades sanitárias”, disse Queiroga em entrevista à *Folha de S.Paulo*.

Nos Estados Unidos, segundo reportagem publicada no jornal *The New York Times*, os portadores de DCV estão deixando de procurar atendimento médico e podem estar morrendo em casa por medo de contrair a Covid-19. A publicação diz que houve expressiva queda no número de atendimentos nas emergências de pacientes com diagnóstico de ataque cardíaco e derrame durante a pandemia. Desde o início do isolamento social, houve no Brasil queda na realização de angioplastias coronárias e isso pode estar associado ao medo de cardiopatas em contrair o vírus da Covid-19.



RGATimbro

No Instituto do Coração, da Universidade de São Paulo, por exemplo, são realizadas mensalmente, em média, 30 angioplastias primárias em pacientes com infarto do miocárdio. Desde o reconhecimento da pandemia da Covid-19, também diminuíram esses atendimentos: em março, a redução foi de 50%.

Queiroga faz apontamentos sobre a relação da Covid-19 e doenças cardiovasculares, ressaltando que os pacientes cardiológicos devem ter cuidado redobrado com o novo coronavírus, uma vez que fazem parte do grupo de risco da doença. Além disso, cardiopatas não podem negligenciar os sintomas de infarto por medo da Covid-19 e devem procurar assistência assim que sentirem dor no peito de duração prolongada, falta de ar, palpitações, acompanhado de palidez e suor frio. “Quanto mais rápido se buscar uma emergência especializada, melhor será o resultado do tratamento.”

Para atender a essa necessidade, os hospitais estão estabelecendo rotas distintas para os pacientes com presunção de Covid-19. Ou seja, mesmo com a provável dificuldade de alocação de recursos, é fundamental garantir atendimento eficiente às enfermidades cardiovasculares.



Divulgação SBC

Até que enfim...

Ministério da Educação proibiu a Universidade Brasil de realizar vestibulares e novas matrículas de alunos no curso de medicina em Fernandópolis (SP)

POR ARTHUR DOS REIS

Fraudes na venda de vagas em cursos de medicina e na revalidação de diplomas, que movimentam bilhões de reais por ano e colocam em risco a saúde da população brasileira, são denunciadas pela Associação Médica Brasileira (AMB) desde o início de 2019.

Finalmente, o Ministério da Educação determinou o fechamento do curso de medicina da Universidade Brasil, no campus de Fernandópolis (SP). A instituição cometia diversas irregularidades para estudantes egressos de cursos de medicina do exterior, fraudes contra o Financiamento Estudantil (Fies) e compra de vagas em cursos de medicina. Tudo trazido à luz pela Operação Vagotomia, da Polícia Federal, em setembro de 2019.

Em fevereiro, a segunda fase da operação teve como alvo o ex-reitor da Universidade Brasil, Adib Abdouni, por ofensas e ameaças a testemunhas e à ex-funcionária, que havia assinado acordo de delação premiada. Pais e alunos também denunciaram o comportamento intimidatório do advogado e ex-reitor.

“Isso revela como é grave o esquema de compra de vagas envolvendo faculdades particulares, que vem sendo denunciado pela AMB”, comenta Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Adib Abdouni era advogado do empresário e dono da Universidade Brasil, José Fernando Pinto da Costa, de 63 anos, detido na primeira fase da operação — outras 20 pessoas também foram presas. Abdouni foi então nomeado por uma sócia da instituição de ensino, que também é esposa do antigo reitor, para ocupar o cargo.

“A Polícia Federal está fazendo um belo trabalho com a Operação Vagotomia, trazendo à luz o que muitos negam e não querem ver”, pontua Lincoln.

Para o vice-presidente da AMB, Diogo Leite Sampaio, interesses privados estão totalmente alheios à qualidade do médico que vai atender a população. “Tudo isso mostra como o esquema de compra de vagas na revalidação de diplomas tem se estabelecido como uma verdadeira organização criminosa, capaz de qualquer coisa para defender os próprios interesses”, diz.

O ESQUEMA

“Vários alunos confessaram para mim que eles compram na Bolívia, no Paraguai, um semestre por 20 mil (reais), 10 mil (reais), 15 mil (reais)”, disse Juliana da Costa e Silva à Polícia Federal. A ex-diretora da Universidade Brasil em Fernandópolis, em delação premiada em janeiro de 2020, também aponta que esses alunos obtinham documentos falsos que eram usados para comprovar a conclusão de determinado número de semestres e posteriormente complementar o curso na instituição.

No mesmo depoimento, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Juliana disse que alunos pagavam até R\$ 80 mil por uma vaga na faculdade de medicina, e R\$ 100 mil quando a vaga fosse por meio do Fies. Para a revalidação de diplomas de alunos vindos do exterior, a Universidade Brasil atuava com um convênio firmado junto à Universidade Federal de Mato Grosso.

AMB CONTRA AS IRREGULARIDADES

Em 2018, a AMB começou uma investigação sobre fraudes em revalidação de diplomas médicos estrangeiros. Um relatório detalhado de como ocorrem as irregularidades foi entregue em maio daquele ano

ao Ministério da Educação (MEC) e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União, à Presidência da República e apresentado a deputados da Frente Parlamentar da Medicina e ao Conselho Federal de Medicina, além de amplamente divulgado à imprensa

“Nós nos dedicamos a desmascarar os esquemas bilionários na revalidação de diplomas médicos no País. A Universidade Brasil é apenas a ponta do iceberg”, diz o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio.

A AMB entregou à Procuradoria-Geral da República, em março de 2020, uma série de novas denúncias

envolvendo faculdades públicas e privadas sobre revalidações irregulares de diplomas de medicina estrangeiros. Na ocasião, Diogo Sampaio e o consultor jurídico da AMB, Guilherme Moura, apresentaram o documento à subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen. Na audiência, Diogo enfatizou que a revalidação serve para avaliar quem se formou no exterior, para verificar a real capacidade e competência para atuarem como médicos no Brasil, garantindo segurança e qualidade no atendimento à população brasileira. “Queremos garantir que os brasileiros tenham sempre acesso a médicos bem formados e preparados”, finaliza o vice-presidente da AMB.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 31/03/2020 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 51
Órgão: Ministério da Educação/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

DESPACHO Nº 31, DE 30 DE MARÇO DE 2020

decide o Processo MEC nº 23123.000606/2019-72.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 58, 72 a 75 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 13/2020-CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, determina perante a Universidade Brasil (código e-MEC nº 319), mantida pela Universidade Brasil (código e-MEC 16878), inscrita sob o CNPJ nº 09.099.207/0001-30:

1. A aplicação da penalidade de desativação do curso de Bacharelado em Medicina (código e-MEC nº 65114), nos termos do art. 73, inciso II, alínea a e §1º do Decreto nº 9.235, de 2017, da Universidade Brasil (código e-MEC nº 319), mantida pela Universidade Brasil (código e-MEC nº 16878), nos termos do art. 73, inciso II, alínea d e §1º do Decreto nº 9.235, de 2017.
2. A revogação, em face da Universidade Brasil (código e-MEC nº 319), mantida pela Universidade Brasil (código e-MEC nº 16878), da medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios de aditamento que tenha protocolado junto à Seres e impedimento de protocolização de novos processos regulatórios, nos termos do art. 63, incisos V e VI do Decreto nº 9.235/2017, aplicada por meio da Portaria nº 461, publicada no DOU de 16/10/2019, retificada no DOU de 12/11/2019. O cumprimento, por parte da Universidade Brasil (código e-MEC nº 16878), de vedação de ingresso de novos estudantes: entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes; quando for o caso a oferta final de disciplinas e transferência de estudantes nos termos do art. 57 e incisos I, II e III do Decreto nº 9.235, de 2017.
3. O encaminhamento, a esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, pela Universidade Brasil (código e-MEC nº 319), em até 45 (quarenta e cinco) dias, de lista nominal dos alunos regulares contendo CPF, data de ingresso, anexo documentos pessoais e comprovação do percurso do aluno no curso de Medicina, com data de conclusão prevista, que não será passível de posterior aditamento, salvo se por erro material que não importe em alteração substancial na identificação do discente. A lista não poderá exceder o número de vagas autorizadas de acordo com os atos emitidos pelo MEC.
4. Na hipótese de constatação da impossibilidade de transferência dos estudantes para outra instituição, a Universidade Brasil (código e-MEC nº 319) continuará a oferta do curso de Bacharelado em Medicina (código e-MEC nº 65114) até sua conclusão, visando resguardar o direito dos estudantes matriculados, nos termos do art. 73, § 2º do Decreto nº 9.235, de 2017.

Falta proteção, sobram riscos e angústia

Profissionais de saúde relatam falta de equipamentos de proteção no combate à Covid-19; denúncias passam de 3 mil

POR LORRAINE SOUZA

“Me recusei a trabalhar e atender esses casos {de Covid-19} sem o mínimo de EPI necessário. Fui intimado na mesma hora pela chefia.” Relatos como este, feito por um médico que atua na linha de frente em combate à Covid-19, em uma unidade de saúde do Rio de Janeiro, motivou a Associação Médica Brasileira (AMB) a criar uma verdadeira força-tarefa para denunciar a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais da saúde no Brasil.

Na luta contra a doença, alguns profissionais ficam diretamente expostos aos pacientes infectados. *“Está todo mundo desesperado e morrendo de medo. Temos*

colegas da rede pública e até particular que já não tem o necessário para trabalhar”, relata uma médica especializada em UTI (Unidade de Terapia Intensiva), que atua em São Paulo.

Em meio as dificuldades de abastecimento dos estoques ao redor do país, cancelamento de compras internacionais do governo, racionamento e falta de itens essenciais em hospitais, profissionais da saúde organizam-se e recorrem ao mercado “paralelo” para comprar EPIs do próprio bolso. *“Duas médicas que trabalham comigo, já confirmaram Covid positivo, apesar de estarmos usando as máscaras N95 que compramos por*

Sindisaúde/Divulgação



Profissionais da saúde do Rio Grande do Sul realizam protesto contra falta de máscara N95, avental cirúrgico, de óculos de proteção. Manifestação foi realizada em 19 de março

Em Minas Gerais, profissionais da saúde manifestam contra a falta de EPIs no Estado após um colega médico testar positivo para coronavírus. Do início da Pandemia até 16 de abril, ao menos 8.265 profissionais de saúde em todo o país estão afastados com suspeita ou diagnóstico de coronavírus.



Sindisaúde_MG/Divulgação

conta própria”, afirma uma médica do Rio de Janeiro durante reportagem exibida no Fantástico do dia 29 de março.

A matéria do Fantástico abordou em primeira mão as denúncias recebidas pelo canal criado pela AMB no qual os profissionais da saúde podem reportar a falta EPIs em centros de saúde do Brasil. A plataforma <https://amb.org.br/epi/> já recebeu 3.376 denúncias, no período de 19 de março à 30 de abril. Na entrevista o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, enfatizou o impacto da escassez dos equipamentos de proteção na vida dos médicos e profissionais da saúde considerando a gravidade da pandemia ocasionada pela Covid-19.

RANKING DA FALTA DE EPIS

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os estados que mais registraram reclamações pela de equipamentos de proteção, com 1092,355, 318 e 228 casos, respectivamente. Os equipamentos são a única proteção que os profis-

sionais que atuam no combate à pandemia têm para evitar a contaminação – especialmente porque eles trabalham próximos a pacientes com alta carga viral.

A maior parte das denúncias está relacionada à falta de máscaras dos modelos N95 e PFF2, correspondendo a 77% das queixas. Em seguida, com 61%, aparecem óculos e face shield (espécie de máscara protetora). Capote impermeável é o terceiro item em falta (59%). Em seguida está o gorro (39%), álcool gel 31%, luvas (23%) e outros também fazem parte da lista.

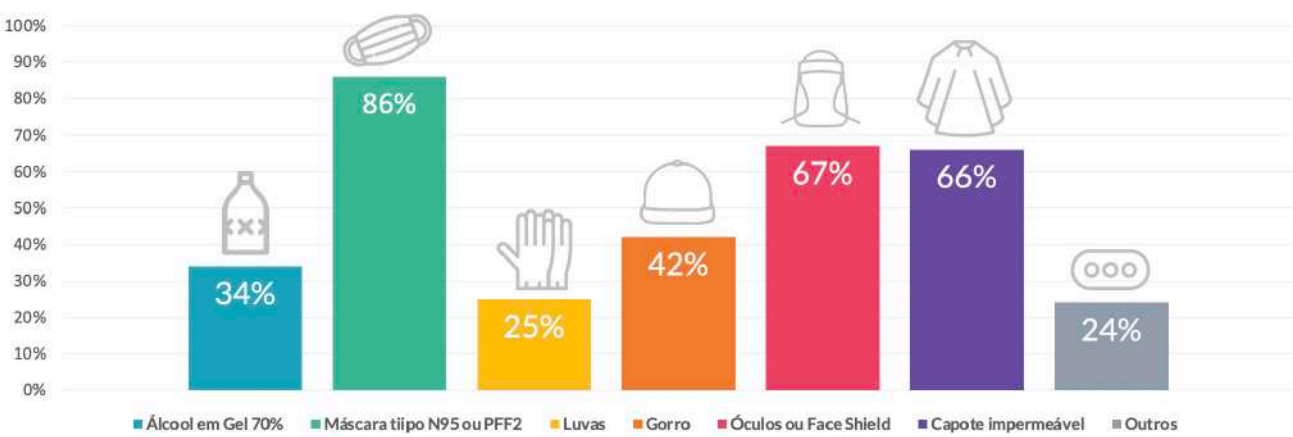
Uma médica que atua na Zona Oeste do Rio de Janeiro, conta as consequências da ausência dos aparelhos. *“Logo que começou o isolamento e os casos de transmissão local, comecei a usar máscara e luvas para atender os pacientes na maternidade em que trabalhei, onde as enfermarias continuavam tendo acesso normal de visitantes e acompanhantes”*, diz.

Uma outra profissional da saúde que atua na Grande São Paulo conta que foi chamada atenção pelo chefe



Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB, em entrevista ao Fantástico alerta para os riscos dos profissionais da saúde atuarem sem a devida proteção no combate à Covid-19

Denúncias recebidas sobre a falta de EPIs



da equipe para não usar proteção no atendimento ao paciente. “Em uma reunião, ele colocou que era uma medida econômica para poupar a unidade de saúde. Diante da posição do gestor, anunciei que compraria meus próprios equipamentos de proteção individual. A reação dele foi me proibir de usar os aparelhos pois eu causaria ‘pânico’ no hospital, por conta dessa postura, pedi demissão”, explica.

Lincoln Ferreira, presidente da AMB, aponta que a falta de EPIs pode levar à carência de atendimento dos profissionais de saúde em um momento de colapso durante a pandemia, gerando uma crise ainda maior. “É triste ver as más condições que os colegas médicos e suas equipes estão enfrentado no combate ao novo coro-

navírus. A falta das medidas de proteção adequadas na luta contra a pandemia pode acarretar riscos gravíssimos”, acentua.

IMPACTO PARA OS PROFISSIONAIS

Lincoln Ferreira alerta sobre a maneira assintomática que a Covid-19 é capaz de atingir alguém, com alto risco de contágio.

“Não dá para você enfrentar uma doença contagiosa sem proteger adequadamente o profissional, por dois motivos: o profissional se infecta, põe a sua saúde em risco e sai da linha de frente para constituir em mais um doente afetado. O profissional da saúde, pela própria característica, pela posição que ele ocupa, no período que ele tem o con-

tato com o vírus e que ele ainda não tem sintomas, pode transmitir para outras famílias e para vários pacientes que forem procurar os seus serviços. Então temos uma espiral negativa, ou seja, sem os EPIs, você rapidamente diminui a capacidade de atendimento enquanto aumenta a disseminação da doença”, evidencia.

AFASTAMENTO

Ao menos 8.265 profissionais de saúde em todo o país estão afastados de suas funções em meio à pandemia do novo coronavírus. Esses funcionários precisaram deixar o trabalho por terem apresentado sintomas da doença ou por fazerem parte de algum grupo de risco. O levantamento foi feito pela AMB baseado em reportagens publicadas e consultas às secretarias estaduais e municipais de Saúde do País. Os dados foram tabulados do início da pandemia até o dia 16 de abril. “A insuficiência de mão de obra será um dos principais problemas no atendimento aos doentes. A dificuldade se agrava na medida em que os próprios médicos e enfermeiros acabam infectados e são obrigados a deixar seus postos de trabalho”, reforça o presidente da AMB.

Na capital paulista, segundo a Secretaria Municipal da Saúde, a rede municipal de saúde soma 80.880 funcionários. Até o dia 15 de abril, 3.865, ou 4,8% do total, estavam afastados, sendo 532 com diagnóstico

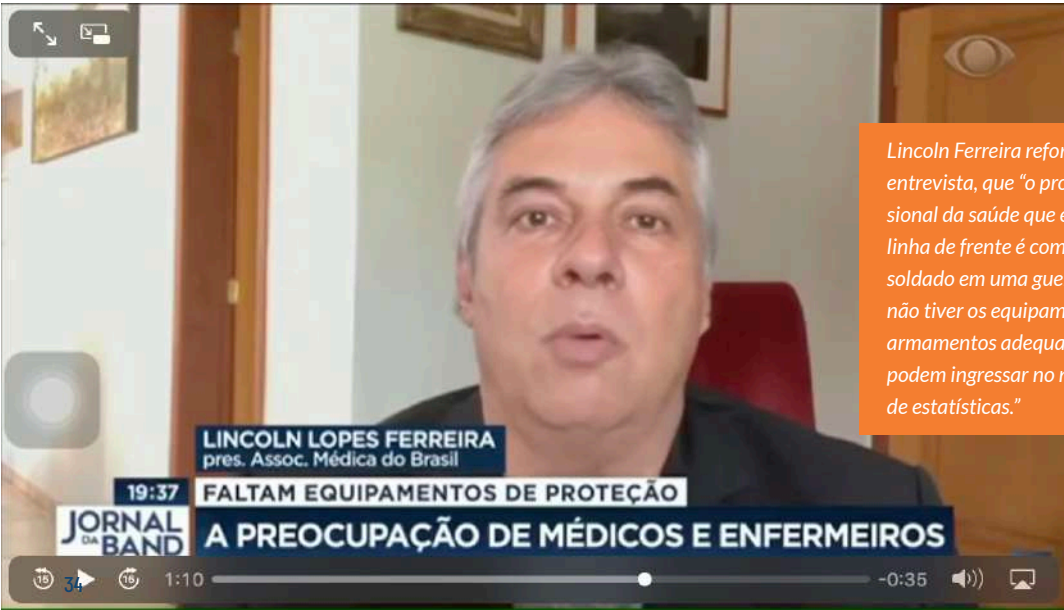
de Covid-19 e 3.333 com síndrome respiratória aguda grave; 11 profissionais morreram.

Já na rede municipal do Rio, 768 profissionais estão afastados com sintomas respiratórios ou por fazerem parte de grupo de risco. Eles representam 6,3% de toda a força de trabalho da rede, que soma 12.154 funcionários. Na rede estadual, 493 deixaram o trabalho, com sintomas e/ou confirmação da infecção pelo coronavírus. O número corresponde a 2,5% dos profissionais que atuam nas emergências e UPAs estaduais.

No Distrito Federal, cerca de 700 profissionais estão afastados por terem tido contato com infectados ou por apresentar sintomas de gripe.

Depois de São Paulo, Rio e Distrito Federal, os Estados que reúnem o maior número de profissionais afastados são Mato Grosso, Acre, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina e Bahia.

Em Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Saúde contabilizou 600 afastamentos, incluindo profissionais com sintomas do vírus e aqueles que fazem parte de grupos de risco. Até o dia 15 de abril, 13 tiveram testes positivos para o coronavírus.



Lincoln Ferreira reforça em entrevista, que “o profissional da saúde que está na linha de frente é como um soldado em uma guerra. Se não tiver os equipamentos e armamentos adequados eles podem ingressar no número de estatísticas.”

Profissionais da saúde de um hospital de Manhattan, nos EUA, vestem saco plástico por falta de capotes impermeáveis.



Máscaras improvisadas de ‘proteção’ usadas em hospitais municipais de São Paulo

No Acre, 423 funcionários deixaram o trabalho por orientação da Secretaria de Estado de Saúde. Vinte tiveram testes positivos, e o restante foi afastado por apresentar comorbidades. O número representa 7,3% do total de profissionais da saúde no Estado, o que levou o governo a recorrer a 63 contratações emergenciais.

O número de profissionais da saúde contaminados em Pernambuco chama a atenção. São 425 os funcionários que tiveram testes positivos, da rede pública e privada, o que corresponde a 33% de todos os casos no Estado. O governo afirma que o número é maior do que nos outros Estados porque Pernambuco foi a primeira unidade da Federação a obrigar a testagem de todos os profissionais de saúde que apresentem sintomas da doença. Em outras regiões, médicos e enfermeiros alertam que têm encontrado dificuldades para serem testados para o vírus.

Já em Belo Horizonte, em Minas Gerais, 164 funcionários estão afastados enquanto aguardam o resultado do teste. Outros 21 foram comprovadamente contaminados. Na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, 122 funcionários deixaram suas posições. Destes, 16 tiveram teste positivo.

No Ceará, 137 profissionais deixaram suas funções temporariamente. Do total, 28 tiveram teste positivo para o vírus. Nas redes estadual e municipal de Santa Catarina, 137 também foram afastados com sintomas e/ou confirmação da doença.

Na Bahia, nas redes estadual, municipal e privada, 77 funcionários foram infectados. Em Ipiaú, cidade de 45 mil habitantes do Sul do Estado, foram registrados 12 casos do novo coronavírus. Destes, 11 são de funcionários do Hospital Geral gerido pelo governo da Bahia. Foram contaminados médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e maqueiros.

O primeiro caso foi identificado na Bahia no dia 27 de março. Desde então, outros funcionários passaram a ter sintomas como tosse, febre e perda de olfato e paladar. Dos 11 profissionais que registraram o vírus, 10 tiveram sintomas leves e cumprem quarentena em casa. Apenas um registrou o quadro mais grave e precisou ser internado.

O diretor científico da AMB e membro do Comitê Especial de Combate à Covid-19 da entidade, Antonio Carlos Chagas, ressalta que o canal de denúncias da AMB não tem como objetivo encontrar culpados, mas sim achar soluções que garantam segurança para todos os envolvidos em um atendimento. *“A situação neste momento é de crise sanitária. A ideia é que a gente colabore para que ela não se transforme em catástrofe sanitária. O que que pode colaborar para a crise se transformar em catástrofe? O pânico certamente é um desses elementos.”* Chagas ressalta que a AMB tem buscado resolver o problema da melhor forma possível.

DEBATE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“A falta de EPIs não só ocasiona a doença nos profissionais de saúde, como também pode gerar um colapso do sistema”, declarou o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio durante a reunião da Comissão de Ações Preventivas do Coronavírus no Brasil, realizada no dia 29 de abril, na Câmara dos Deputados.

Durante a reunião, Diogo teve a oportunidade de expor aos parlamentares a problemática enfrentada por médicos e demais profissionais de saúde no combate à Covid-19. *“A falta de EPI não só ocasiona a doença nos profissionais de saúde, como também pode gerar um colapso no sistema. O médico contaminado passa a ser um vetor de transmissão”,* disse.

Diogo apresentou as estatísticas das denúncias recebidas pela AMB durante sua participação. Sobre as queixas, a AMB recebeu retorno do Ministério

Público do Trabalho em diversos estados, bem como de secretarias de saúde, informando que as denúncias enviadas pela AMB aos órgãos estão sendo apuradas e, em alguns casos, os locais estão sendo fiscalizados e/ou autuados.

COMO DENUNCIAR?

O profissional da saúde que identificar a ausência de EPIs no centro médico, pode acessar o link <https://amb.org.br/epi/> e relatar o caso de forma anônima. A partir disso, a AMB comunica os estabelecimentos apontados na denúncia, pede esclarecimentos e atualização das informações, além de notificar o Ministério da Saúde, o Conselho Regional de Medicina (CRM), as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Ministério Público.

Em diversos estados ações para garantir a segurança dos profissionais da saúde já estão entrando em vigor. Em Minas Gerais, estado que está em terceiro

lugar no ranking de denúncias sobre a falta de equipamentos de proteção divulgadas pela AMB, a justiça ordenou que hospitais particulares forneçam os EPIs adequados para os profissionais da saúde em até 72 horas. Caso as unidades de saúde não cumpram a ordem será aplicada uma multa de R\$1 mil reais por dia, por trabalhador prejudicado.

“A AMB recebe essa notícia de forma muito positiva, pois é um grande retorno para todos que confiaram a nós as denúncias e na atuação da entidade em defesa dos médicos e profissionais da saúde de todo o Brasil. O objetivo do levantamento é notificar os órgãos fiscalizadores sobre esses problemas e cobrar esclarecimentos dos responsáveis”, pontua Diogo Sampaio.

LIVES PARA DENUNCIAR O ASSUNTO

Para envolver toda a comunidade médica na força-tarefa contra a falta de EPIs, a AMB tem realizado lives com as Federadas. Já foram realizados debates

Entrevista Diogo Sampaio à GloboNews e ao Bom Dia São Paulo da TV Globo sobre a falta de EPIs



RGA/Timbro

com a Associação Médica do Espírito Santo (AMES) e com a Associação Médica de Pernambuco (AMPE). *“O engajamento das Federadas é fundamental pois elas são os olhos da AMB no dia a dia dos médicos nos estados brasileiros. Contamos com a colaboração de todas nessa batalha para garantir condições de trabalho para o enfrentamento à Covid-19”*, salienta o vice-presidente da AMB.

DOAÇÃO DE FACE SHIELDS

A Associação Médica de Rondônia (AMB-RO) doou cerca de 400 máscaras do tipo Face Shield para unidades de saúde do estado. O trabalho da entidade irá ajudar centenas de profissionais que lutam contra a COVID-19 em Rondônia.

Os materiais estão sendo produzidos pelos membros da diretoria da AMB-RO e conta com o apoio de médicos da região. Além de ajudar profissionais de saúde, a iniciativa busca incentivar ações solidárias do gênero em todo o estado de Rondônia. *“Queremos mostrar que podemos ajudar os colegas que estão na linha de frente e que cada iniciativa é importante”*, diz Aparício Carvalho de Moraes, presidente da federada da AMB-RO.

Diogo Sampaio parabeniza a atuação da Federada. *“Meus sinceros cumprimentos aos membros da diretoria da AMB-RO, em especial ao amigo Aparício Carvalho de Moraes, presidente, pela produção das máscaras face shields que doaram às unidades de saúde do estado para sanar a falta desses equipamentos em unidades de saúde em um momento de caos. Estão sendo um exemplo!”*, salienta Diogo Sampaio.

PARCERIAS

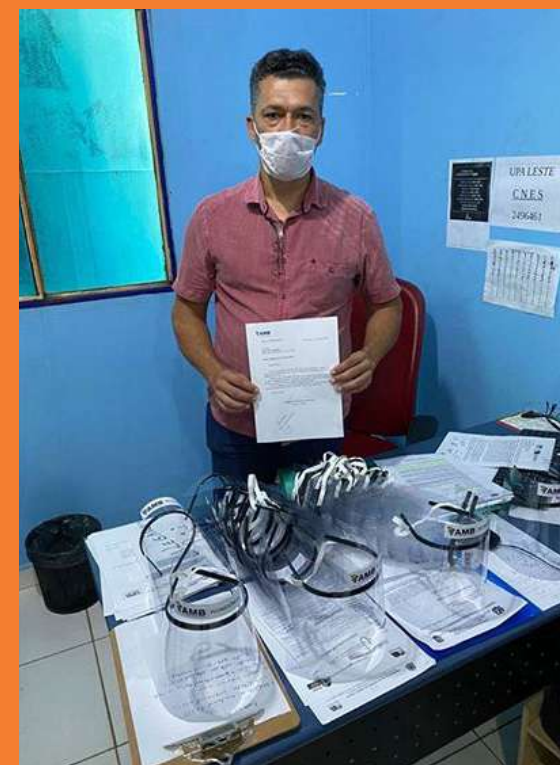
A AMB fará a distribuição de 25 mil protetores faciais (face shield) em parceria com a Ambev, que está produzindo o material, que será enviado a unidades

de saúde em todo o Brasil que estão com déficit do equipamento, com base em levantamento de necessidades realizado junto com as Federadas da entidade.

Mais de 150 unidades de saúde vão receber os materiais, que serão entregues pelas Federadas da AMB com o apoio das empresas WRJ, DHL e BBM, da área de logística e distribuição, para chegarem aos estados. *“Estamos em uma batalha difícil contra o coronavírus e ações como essas são importantes para contribuir com a segurança de médicos e demais profissionais de saúde”*, comenta, o vice-presidente da AMB.

OMS EM ALERTA

A cada mês, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os profissionais sanitários de todo o mundo envolvidos no combate ao coronavírus estão usando 2,3 milhões de máscaras com filtro, 89 milhões das cirúrgicas, 30 milhões de batas, 1,6 milhão de óculos protetores, 76 milhões de luvas e 2,9 milhões de litros de desinfetante de mãos. Mas não bastam. A OMS alertou que a escassez desses materiais de proteção os põe em risco e pediu um aumento de 40% na produção global para fazer frente à demanda.



A AMB-RO doou cerca de 400 Face Shields produzidos pelos membros da diretoria com apoio de médicos da região



Fotos: Divulgação AMB-RO

Médicos de máquinas

Projeto Respira Soluções conecta quem precisa de respiradores hospitalares com aqueles que possuem equipamentos ou peças sucateadas para doar

POR LORRAINE SOUZA E MATHEUS CELESTINO

Os respiradores se tornaram mais um problema na pandemia de coronavírus no Brasil. O aparelho é essencial para tratar casos graves e muito graves da Covid-19 e é utilizado quando o pulmão do paciente está comprometido e ele não consegue respirar por conta própria. Normalmente, esses equipamentos estão disponíveis apenas em leitos de unidades de terapia intensiva (UTI), mas nem todos os leitos dessa categoria têm respiradores.

Porém, em uma pandemia de doença respiratória como a que enfrentamos no momento, esse equipamento é primordial e a quantidade disponível no País não é suficiente para atender todos os pacientes. Para driblar a falta desses equipamentos, um grupo formado por estudantes de universidades públicas brasileiras, profissionais da área da saúde e tecnologia se juntaram e lançaram o projeto Respira Soluções.

O projeto sem fins lucrativos estabelece a ideia de conectar hospitais que necessitam de respiradores, ventiladores e outros equipamentos com locais que tenham peças que não estão sendo utilizadas ou es-



Regina Ferreira e José Carlos Misorelli, secretário da Saúde de Santana de Parnaíba (SP), recebendo em mãos dois monitores multiparamétricos doados pelo senhor Maroni, da empresa Sucatas Hospitalares. Doação intermediada pela Respira Soluções

tão eventualmente quebradas, mas que podem ser consertadas. Por meio do projeto Respira Soluções os integrantes buscam encontrar alternativas que podem salvar vidas no combate ao coronavírus.

A equipe é composta por sete integrantes: Bruno Valdigem, médico cardiologista; Alessandra Gondra, diretora de marketing; Pedro Medeiros, farmacêutico bioquímico; Bruno Rafael, cientista da computação; Hítalo Marques, engenheiro biomédico; Victor Fari-nella, bacharel em química e Tomaz Canté, bacharel em política.

“Nós nos sensibilizamos com os problemas que estão sendo enfrentados em UTIs de hospitais brasileiros. O projeto nasceu para que cada um, com sua expertise, contribua da sua forma na manutenção e aumento da infraestrutura vital para o enfrentamento da Covid-19 no Brasil”, explica o cardiologista Bruno Pereira Valdigem, um dos idealizadores do projeto.

Divulgação Respira Soluções



Cardiologista Bruno Pereira Valdigem, um dos idealizadores do projeto

Como não há financiamento, o grupo se voluntaria para buscar as melhores soluções e fazer a mágica do conserto acontecer. Os aparelhos são restaurados em pontos de assistência coordenados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os defeitos apresentados são variados, como necessidade de limpeza, calibração, verificação de peças plásticas ressecadas, mangueiras, conexões e até mesmo a falta de bateria.

“No site há um espaço para atender quem possui um estoque de equipamentos subutilizados, quem queira prestar manutenção gratuita ou até mesmo oferecer um serviço de fabricação de peças 3D para equipamentos médicos”, explica Bruno. Os centros de saúde que tiverem equipamentos precisando de manutenção também podem fazer a solicitação pelo site <http://respirasolucoes.com.br/>.

ESCASSEZ DE RESPIRADORES

O Brasil conta hoje com 65.411 respiradores, dos quais 46.663 estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) e 18.748 na rede privada, segundo dados do Ministério da Saúde. Entretanto, apenas 61.219 estão aptos para uso. Em um período normal, a quantidade seria suficiente, mas no cenário atual, provavelmente não.

Aproximadamente 33% dos municípios brasileiros têm, no máximo, dez respiradores mecânicos nos hospitais públicos e privados. O equipamento é essencial

para garantir a sobrevivência de pacientes com quadros severos da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Não há cidades sem nenhum equipamento. Mas, em 861 municípios, existe apenas um ventilador mecânico disponível. A maior parte dos respiradores está nas capitais: elas concentram 47% do total de aparelhos. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife — as cinco capitais com maior quantidade absoluta — possuem 26% dos respiradores do Brasil.

“Dependendo do número de pessoas contaminadas ao mesmo tempo pela doença, a má distribuição desses respiradores no Brasil é um gargalo que precisa ser resolvido o mais rápido possível. Iniciativas como a Respira Soluções contribuem para que se superem esses momentos difíceis da pandemia. Parabéns pela solução apresentada pelo colega Bruno e todos que fazem parte do projeto”, destaca Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

Não há cidades sem nenhum equipamento. Mas, em 861 municípios, existe apenas um ventilador mecânico disponível.

O Brasil conta hoje com 65.411 respiradores, dos quais 46.663 estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) e 18.748 na rede privada.



Banco de Imagens

Atuação assertiva diante dos desafios da Covid-19

A AMB tem desenvolvido diversas ações em defesa do médico e compartilhado informações seguras com os profissionais e com a população durante a pandemia

POR ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES

Os desafios impostos pela pandemia mundial causada pelo novo coronavírus são inúmeros. A rápida transmissão e contágio, que em apenas um mês infectou milhares de pessoas ao redor do mundo e que obrigou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar emergência global de saúde desde 30 de janeiro, gerou uma enxurrada de informações sobre o vírus, suas possíveis causas e, claro, despertou uma “corrida” pelas formas de tratamento e vacinas mundo afora. Diante de um cenário até então desconhecido, há uma complexidade em curso: é necessário que a comunidade científica mundial dê respostas à sociedade, resguardando a pesquisa e o método científico.

A Associação Médica Brasileira (AMB) tem trabalhado em frentes diversas, agindo de forma ágil e prudente na tomada de decisões, em prol da segurança do médico, dos demais profissionais da saúde e do paciente durante a pandemia no País, que já causou mais de 200 mil mortes no mundo e mais de 5 mil mortes no Brasil (30/04/2020). A AMB tem desenvolvido diversas ações de compartilhamento de informações seguras com os profissionais envolvidos diretamente no combate ao vírus e com a população em geral desde o início da quarentena, que já se estende por quase três meses.

Assim que o primeiro caso foi confirmado no Brasil, em 28 de fevereiro, a entidade realizou uma reunião do

Conselho Científico extraordinário sobre a Covid-19, mobilizando as Sociedades de Especialidade filiadas com o objetivo de debater a pauta mais urgente no momento: o enfrentamento da Covid-19. A reunião foi transmitida ao vivo pelos canais de comunicação da AMB (YouTube, Facebook e Instagram). A AMB também reuniu sua Diretoria Executiva para definir as próximas estratégias de atuação da entidade no enfrentamento do novo coronavírus executadas juntamente com as Sociedades de Especialidade, agindo com rapidez e de modo assertivo na orientação de protocolos sobre a Covid-19.

Em março, a AMB lançou um site sobre a Covid-19, com informações, legislação, orientações e atualizações diárias. Em abril, a entidade passou a publicar o *Boletim Ramb Covid-19*, antecipando os artigos científicos selecionados pelos editores da revista científica *Ramb* sobre o tema (veja mais na página 46), realizou webinars e publicou diretrizes.



Além disso, a AMB vem participando de encontros regulares com o Ministério da Saúde para a articulação de ações de enfrentamento do vírus e atuando firmemente em pautas estruturantes para a saúde do Brasil, como o Revalida, a residência médica, a contratação de médicos com CRM, além de medidas de linha de crédito e indenização aos profissionais da saúde, que estão trabalhando bravamente contra a Covid-19 e que merecem segurança no exercício diário que prestam à sociedade ao salvar vidas.

“Em tempos atípicos como esse, a AMB entende que a importância da valorização do médico, principal protagonista no combate do coronavírus, deve ser destacada com maior ênfase. Se estamos em uma guerra, precisamos dar retaguarda e garantias para os que estão na linha de frente”, afirma Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

COMBATE ÀS FAKE NEWS

Diante da quantidade de informações que circulam sobre a Covid-19, algumas com conteúdo duvidoso, a AMB se fez presente no compartilhamento de conteúdo seguro, tornando-se referência. Exemplo disso foi a matéria **“Como diagnosticar o coronavírus”**, publicada no site da entidade em 28 de fevereiro de 2020, que atingiu a marca de 1.111.184 acessos só em março de 2020. A matéria orienta como o médico pode identificar a doença, conforme recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.



Foram produzidas diversas publicações nos canais de comunicação da AMB sobre prevenção aos profissionais da saúde, casos de superação da doença, orientações das Sociedades de Especialidade, protocolos de saúde e informações com atualizações relevantes.

A AMB também conclamou a participação dos médicos brasileiros para preenchimento das vagas do edital em que o Ministério da Saúde optou pela assistência médica emergencial à população no enfrentamento da Covid-19, via processo seletivo simplificado (Edital do Programa Mais Médicos), visando a adesão imediata de médicos para o preenchimento de 5.811 vagas pelo Programa Médicos pelo Brasil.

Abaixo, detalhamos um pouco mais sobre cada ação desenvolvida pela AMB durante a pandemia até aqui. Boa leitura!

CRIAÇÃO DO COMITÊ COVID-19 DA AMB

Com reuniões diárias, o comitê da AMB analisa a situação da pandemia no Brasil e no mundo, trazendo convidados, nacionais e internacionais, para auxiliar na definição de estratégias para levar informação e segurança aos profissionais da saúde, bem como contribuições aos órgãos oficiais para a atuação no combate à Covid-19.



Diogo Leite Sampaio, em 29/04, em reunião da Comissão de Ações Preventivas ao Coronavírus no Brasil, da Câmara dos Deputados. A pauta do dia foi a "Situação dos Equipamentos de Proteção Individual no Brasil"

Participam do Comitê, além da diretoria executiva da AMB: Helio Arthur Bacha, representante da Sociedade Brasileira de Infectologia; Hélio Penna Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Emergência; Ludhmila Abrahão Hajjar, diretora de Ciência e Tecnologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia e Suzana M. Ajeje Lobo, presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.

DENÚNCIAS SOBRE A FALTA DE EPIS

Logo no início da pandemia, a AMB orientou os médicos sobre a necessidade de utilização de equipamentos de proteção individuais para evitar o contágio. Imediatamente começou a receber relatos da inexistência dos equipamentos básicos (máscaras,

luvas, capote, álcool gel, dentre outros). Assim, disponibilizou um canal permanente para essas denúncias, já tendo apresentado o relato ao Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e à Comissão de Ações Preventivas ao Coronavírus no Brasil, da Câmara dos Deputados, além de encaminhar regularmente as denúncias recebidas, mantendo o anonimato dos denunciantes, às secretarias estaduais da Saúde e ao Ministério Público do Trabalho. (Leia mais na página 56.)

REUNIÕES COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE

A AMB tem participado de audiências e encontros regulares com o Ministério da Saúde, presenciais e *on-line*, de maneira ativa e contributiva, apoiando criticamente suas decisões, questionando e dando sugestões. As reuniões têm como objetivo planejar e executar ações e políticas de enfrentamento da Covid-19.

LINHA DE CRÉDITO E INDENIZAÇÃO AOS MÉDICOS

A AMB apresenta e apoia projetos de lei que possibilitam melhores condições de trabalho aos profissionais, como a Lei n. 14.045/2020, que cria uma linha de crédito especial destinada aos profissionais liberais que atuam como pessoa física. (Mais informações na página 22.)



A entidade apoiou também o PL 1.826/2020, que torna obrigatório o pagamento de compensação aos profissionais de saúde que atuam no enfrentamento do novo coronavírus. A AMB atuará fortemente, em conjunto com a Frente Parlamentar da Medicina, por fontes de financiamento para a viabilização do PL.



A AMB entende que os médicos e demais profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate ao coronavírus, arriscando suas vidas contra uma doença ainda pouco conhecida, merecem e precisam ter a segurança de uma compensação indenizatória caso tornem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro e dependentes, em caso de óbito. Isso é mais do que justo, além de ser um ato reconhecimento ao empenho e coragem de todos.

"A iniciativa atende a uma demanda da AMB. A entidade segue acompanhando os debates para garantir que o projeto seja aprovado e sancionado com agilidade", pontua Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

DENÚNCIAS NO REVALIDA

A AMB tem trabalhado arduamente para denunciar o caos em que se encontra a revalidação no Brasil e para defender o ensino médico de qualidade. A Associação entregou à Procuradoria-Geral da República, em março, novas denúncias sobre irregularidades na revalidação de diplomas de medicina estrangeiros que envolvem faculdades públicas e privadas. As informações foram apresentadas à subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen, pelo vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, e pelo consultor jurídico da entidade, Guilherme Moura. (Leia matéria na página 46.)

MÉDICOS SEM CRM, NÃO!

Em 21 de maio de 2020, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília (DF), suspendeu a decisão liminar favorável ao governo do estado do Acre, que permitia a emissão de licenças provisórias de trabalho para os profissionais de saúde, incluindo formados em medicina no exterior que não possuíam diploma revalidado no Brasil.

Em conjunto com a Associação Médica do Acre, a AMB luta arduamente por uma medicina segura, defendendo a obrigatoriedade do Revalida, que garante a segurança do paciente. Além disso, é importante salientar que o discurso político de que faltam médicos no Brasil não está baseado na verdade, já que inúmeros médicos, aprovados em concursos públicos, aguardam chamamento e estão trabalhando em regime de contrato provisório.

A AMB, assim como as demais entidades médicas, reforça que não se pode aceitar que interesses políticos sirvam de pretexto para oferecer uma medicina sem segurança aos pacientes, e, portanto, repudiam a ideia da contratação de médicos sem diploma revalidado no Brasil.

RESIDÊNCIA MÉDICA

A Covid-19 impactou drasticamente a vida de muitos médicos residentes que tiveram seus programas interrompidos ou desconfigurados devido ao cenário caótico provocado pela pandemia. A AMB tem atuado em várias frentes para garantir que esses profissionais possam vivenciar todas as experiências essenciais para uma formação médica de qualidade. Dentre tais ações da AMB, destacam-se:

- Participação na Comissão Nacional de Residência Médica (CNMR)
- Atuação junto ao Ministério da Educação, Ministério da Saúde e parlamentares
- Realização de pesquisas com as Sociedades de Especialidade sobre o impacto da pandemia nos Programas de Residência Médica
- Atuação conjunta com a Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) e Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas (Ablam)

CRIAÇÃO DE SITE EXCLUSIVO COVID-19

Em março, a entidade lançou um site exclusivo sobre a Covid-19, com informações, legislação, orientações e atualizações diárias para médicos, profissionais da saúde e população em geral. Na plataforma é possível acompanhar notícias e os dados do Brasil e do mundo sobre o coronavírus. É possível também pesquisar informações sobre os casos por estado brasileiro.

A plataforma foi pensada para reunir em um único lugar informações sobre a doença para gestores públicos e privados, médicos, profissionais da saúde e população em geral, dando acesso às orientações da AMB, incluindo as Diretrizes AMB sobre a Covid-19 e o Boletim Ramb Covid-19, além de acesso às recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde. Também há um tópico sobre a legislação acerca da pandemia e projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional.

Enquanto desenvolvia o site, a AMB criou uma página na qual deixou disponíveis as orientações que eram compartilhadas pelas Sociedades de Especialidade filiadas.

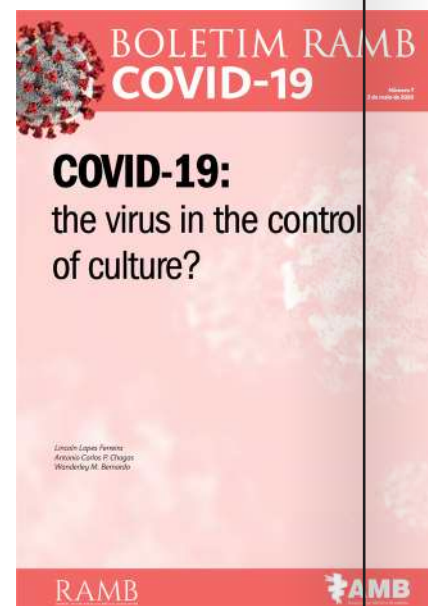
DIRETRIZES COVID-19

A AMB publicou diretrizes sobre a Covid-19 sob o nome **“Coronavírus – o que fazer hoje olhando o amanhã?”**. Atualizado em 1º de abril, o documento “Diretrizes AMB: Covid-19” foi disponibilizado e será atualizado à medida que novas pesquisas e orientações forem surgindo.

Divididas em quatro eixos, as diretrizes abordam: a localização dos casos, com foco no diagnóstico precoce e prevalência dos pacientes com Covid-19; o isolamento hospitalar, domiciliar e social para evitar a propagação do vírus; a proteção dos profissionais de saúde; e o desenvolvimento de estrutura assistencial capaz de cuidar de maneira apropriada dos casos mais graves que requeiram internação, sobretudo em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). (Leia mais em xxxx [página da matéria].)

BOLETIM RAMB COVID-19

Em abril, a AMB passou a publicar o Boletim Ramb Covid-19, antecipando os artigos científicos selecionados pelos editores da revista científica Ramb sobre o tema. Até 10 de junho já foram disponibilizadas 14 edições do boletim. A AMB sabe da importância de o conhecimento científico gerado durante a pandemia chegar rapidamente à classe médica. (Leia a matéria da página xxxx.)



WEBINARS E LIVES

Pautada em informações confiáveis e científicas, a AMB também disponibilizou webinars e lives aos médicos brasileiros e público geral durante todo o período da Covid-19. Diversos conteúdos relevantes acerca do coronavírus e seus impactos na medicina e na saúde foram organizados pela AMB.

Destacam-se a webinar internacional entre Brasil e Uruguai **“Covid-19: lições aprendidas”**, iniciativa inédita realizada pela AMB, em 2 de junho, que deu o start para a elaboração de um protocolo de ações conjuntas nas cidades da fronteira (Rivera e Santana do Livramento) em combate à Covid-19, firmado entre o Ministério da Saúde Pública do Uruguai e o Ministério da Saúde brasileiro.

Também disponibilizou, em abril, webinar sobre discussão e retorno às atividades da sociedade diante do cenário da pandemia com palestrante da Escola de Medicina de Harvard.



Especialistas de diversos hospitais compartilharam a experiência e o plano de ação de cada instituição para o enfrentamento da Covid-19.

O debate sobre o retorno às atividades, com as palestras de Robert S. Janett, da Harvard Medical School e Cambridge Health Alliance, e de Wanderley Marques Bernardo, coordenador de Diretrizes da AMB.

RECOMENDAÇÃO DE SUSPENSÃO DE CONGRESSOS E EVENTOS MÉDICOS

Em 17 de março, por decisão da Diretoria Executiva da AMB, foi recomendada a todas as 27 Federadas e às 54 Sociedades de Especialidade ligadas à entidade a suspensão das atividades científicas que exijam deslocamento ou aglomeração de médicos. O objetivo é garantir a integridade física dos médicos e mantê-los em suas bases para que possam atender os pacientes, dada a criticidade do momento. A recomendação é de que inicialmente os eventos marcados para os próximos 90 dias sejam adiados ou realizados por meio de teleconferência. *“Os médicos talvez sejam os indivíduos mais expostos nesta crise do coronavírus, pois estão na linha de frente, lidando com os pacientes. Temos que mitigar os riscos de contágio desses profissionais, para não perdermos força de trabalho e não correremos o risco de os próprios médicos serem agentes transmissores da Covid-19. Toda cautela é válida neste momento”*, explicou Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Também foi decidido que as provas de Título de Especialistas da AMB, coordenadas e aplicadas pelas Sociedades de Especialidade, deverão ser suspensas pelo menos por 90 dias, até nova análise do quadro geral.



Diretrizes para Covid-19

AMB cria diretrizes com orientações para atuação dos médicos no combate ao coronavírus

POR ARTHUR IANHEZ

A informação é um dos principais meios para se enfrentar a Covid-19, seja para evitar a disseminação da doença, seja para tratar os pacientes. Entretanto, por ser uma nova patologia e sem conhecimento prévio dos seus efeitos, a Covid-19 fez com que pesquisadores do mundo inteiro se mobilizassem para encontrar respostas para a doença.

Para fazer com que a informação chegue aos médicos que atuam na linha de frente contra o novo coronavírus, o Comitê Especial Covid-19 da AMB criou e publicou o documento “Diretrizes AMB: Covid-19” com o título “Coronavírus — o que fazer hoje olhando o amanhã?”. A publicação entrou no ar em 31/03/2020 e até o dia 22/04 já havia duas atualizações.

O material produzido pela AMB foi dividido em quatro eixos: a localização dos casos, com foco no diagnóstico precoce e na prevalência dos pacientes com Covid-19; o isolamento hospitalar, domiciliar e social para evitar propagação do vírus; a proteção dos profissionais de saúde; e o desenvolvimento de uma estrutura assistencial capaz de cuidar de maneira apropriada dos casos mais graves que requeiram internação, sobretudo em unidades de terapia intensiva (UTI). Na última versão, as diretrizes também tratam do suporte emocional para profissionais da saúde e pacientes, na medida da necessidade e do surgimento de sintomas de ordem psicológica/psiquiátrica.

A partir desses eixos, foram elaboradas recomendações baseadas em evidências científicas para procedimentos relacionados à Covid-19, pesquisa da cloroquina ou hidroxiclороquina e azitromicina no tratamento de pacientes com a doença, cálculos para isolamento populacional e colapso do sistema, além de questões relacionadas à saúde mental diante da pandemia. As recomendações também auxiliam para a tomada de decisão em prol do sistema de saúde brasileiro, fazendo com que mais vidas sejam salvas.

“A AMB tem um compromisso com os médicos no Brasil, com o sistema de saúde e com a divulgação de informações, e se manterá firme em contribuir para que a pandemia seja superada o mais breve possível, auxiliando os médicos e demais profissionais de saúde”, destaca o diretor científico da AMB, Antonio Carlos Chagas.

As evidências utilizadas foram das melhores práticas de conduta diagnóstica, de tratamento, de prevenção e de proteção a serem oferecidas aos médicos e profissionais de saúde, principalmente em cenários de imprevisibilidade, incerteza e que requerem rápida tomada de decisão em ambientes de primeiro atendimento, emergência ou de terapia intensiva na atenção a pacientes com quadro suspeito ou confirmado de Covid-19.

RECOMENDAÇÕES DAS DIRETRIZES:

1. O sistema de saúde brasileiro deve tomar medidas austeras, intensas e imediatas para minimizar os efeitos catastróficos que se aproximam da população brasileira diante da epidemia mundial (pandemia) de Covid-19.
2. Testar ativamente os pacientes suspeitos de Covid-19 com o uso de PCR, bem como os possíveis contaminados próximos.
3. Isolar e monitorar os pacientes doentes, sempre que possível em ambiente comunitário, ou em hospitalização (recomendado).
4. Isolamento comunitário (*lockdown*) proporcional à mortalidade e/ou número de casos diagnosticados na área, separando em área vermelha (isolamento imediato), área laranja (isolamento até amanhã), área amarela (próxima semana) e verde (sem necessidade de isolamento).
5. Garantia de equipamentos de proteção aos profissionais de saúde, sobretudo aqueles expostos ao atendimento de casos suspeitos ou doentes, deixando à disposição: gorro, máscara (preferencialmente N95), *face shield*, óculos de proteção, avental descartável e impermeável, e respirador em procedimentos.
6. Estrutura hospitalar com áreas específicas e isoladas para atendimento de pacientes suspeitos e doentes, com cuidados de higiene e de trânsito específicos, e garantia de número de leitos suficientes, sobretudo para pacientes graves em unidades de terapia intensiva associado a número suficiente de respiradores para assistência respiratória.
7. Considerar o índice de colapso do sistema (extenuação dos leitos disponíveis, incluindo os de UTI) nas estratégias de implementação de leitos suplementares para suprir as defasagens.
8. Estruturação de comissões multiprofissionais para discussão de prioridades de atendimento segundo critérios éticos e decisões difíceis de terminalidade.
9. O tratamento com cloroquina ou hidroxiclороquina e azitromicina pode ter seu uso compassivo em pacientes graves.
10. Disponibilizar suporte emocional para profissionais da saúde e pacientes, na medida da necessidade e do surgimento de sintomas de ordem psicológica/psiquiátrica.

A elaboração do material ficou a cargo de:

LINCOLN LOPES FERREIRA
Presidente da Associação Médica Brasileira

DIOGO LEITE SAMPAIO
Vice-presidente da Associação Médica Brasileira

ANTONIO CARLOS PALANDRI CHAGAS
Diretor científico da Associação Médica Brasileira

WANDERLEY MARQUES BERNARDO
Coordenador do Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira

HÉLIO PENNA GUIMARÃES
Emergencista e intensivista. Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede). Médico do Departamento de Pacientes Graves do Hospital Israelita Albert Einstein. Coordenador médico do Instituto de Ensino do Hospital do Coração (HCor). Professor afiliado da Escola Paulista de Medicina (EPM) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

LUDHMILA ABRAHÃO HAJJAR
Diretora extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação – Sociedade Brasileira de Cardiologia

SUZANA MARGARETH AJEJE LOBO
Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira

CARMITA HELENA NAJJAR ABDO
Professora associada do Depto. de Psiquiatria da FMUSP. Primeira secretária da AMB

JOSÉ LUIZ BONAMIGO FILHO
Clínico e hematologista. Coordenador do Programa de Residência Médica em Clínica Médica do Hospital Israelita Albert Einstein Segundo tesoureiro da Associação Médica Brasileira

Eleições AMB para o triênio 2021-2023

Votações acontecem de 21 a 31 de agosto para os cargos de diretoria e delegados

POR ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES

A eleição da Associação Médica Brasileira já tem data marcada. As votações para os cargos da Assembleia de Delegados e da Diretoria da entidade para o triênio de 2021-2023 serão realizadas de 21 a 31 de agosto de 2020.

Todos os sócios da AMB podem votar, desde que tenham feito sua filiação antes de 30/03/2020 e estejam em dia com suas contribuições até a data da eleição. A quitação desse período pode ocorrer até o último dia de votação (31/08).

O processo será realizado preferencialmente via *on-line*. A AMB contratou a plataforma de votação eletrônica da ScytI, empresa mundialmente

reconhecida e respeitada no segmento, que conta com sistema de segurança altamente robusto e transparente, em linha com as melhores práticas do mercado. Essa plataforma foi oferecida a todas as federadas, para que pudessem realizar não só a coleta de votos para os cargos da AMB, mas também para os cargos da própria federada.

Até o fechamento dessa edição do Jamb, várias federadas já haviam aderido formalmente ao sistema eletrônico centralizado de colheita de votos, contratado e custeado pela AMB. O prazo final para adesão encerrava-se em 29/05.

REGISTRO DOS CANDIDATOS

O pedido de registro de chapas para a Diretoria da AMB e para registro de candidatos para o Conselho Fiscal da AMB será realizado das 9h de 20 de julho de 2020 até as 18h do dia 3 de agosto de 2020, na sede da AMB. No mesmo período, será aberto o pedido de registro para os cargos de Delegados da AMB; entanto, o local de inscrição é a sede da Federada à qual o candidato é associado.

Para ser elegível a qualquer um dos cargos de Diretoria, o sócio deve estar em pleno gozo de seus direitos estatutários e ter a condição de associado

efetivo há mais de três anos, contados da data de sua inscrição como associado até o último dia do prazo fixado para apresentação das chapas. Para ser eleito para o Conselho Fiscal valem as mesmas regras.

Já para ser elegível para o cargo de delegado da AMB é exigido ter mais de um ano como associado efetivo, até o último dia do prazo fixado para a apresentação das chapas. A escolha do Conselho Fiscal da AMB ocorrerá de forma indireta, com base nos votos dos delegados eleitos no pleito de 2020, durante a Assembleia de Delegados Ordinária que ocorrerá em 23 de outubro de 2020.

PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Apesar de o período de votação encerrar-se no dia 31 de agosto, o resultado da eleição para os cargos da AMB só ocorre em outubro, conforme determina estatuto social da AMB, quando realiza-se a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da AMB, órgão estatutariamente responsável por julgar o processo eleitoral e proclamar os eleitos. Em 2020, a reunião ocorrerá em 22/10.

O Conselho Deliberativo da AMB exerce um papel essencial no processo eleitoral da entidade. Ele é composto pelo presidente e secretário-geral da AMB, ou de seus respectivos substitutos estatutários na Diretoria; pelos presidentes das federadas ou de seus substitutos; pelos 27 representantes do Conselho de Especialidades; pelo representante do Conselho Federal de Medicina.

COMISSÃO ELEITORAL

Fotos: Arquivo pessoal



DR. NEWTON BARROS
Presidente da Comissão Eleitoral da AMB



DR. PETRÔNIO GOMES
1o. Secretário da Comissão Eleitoral da AMB



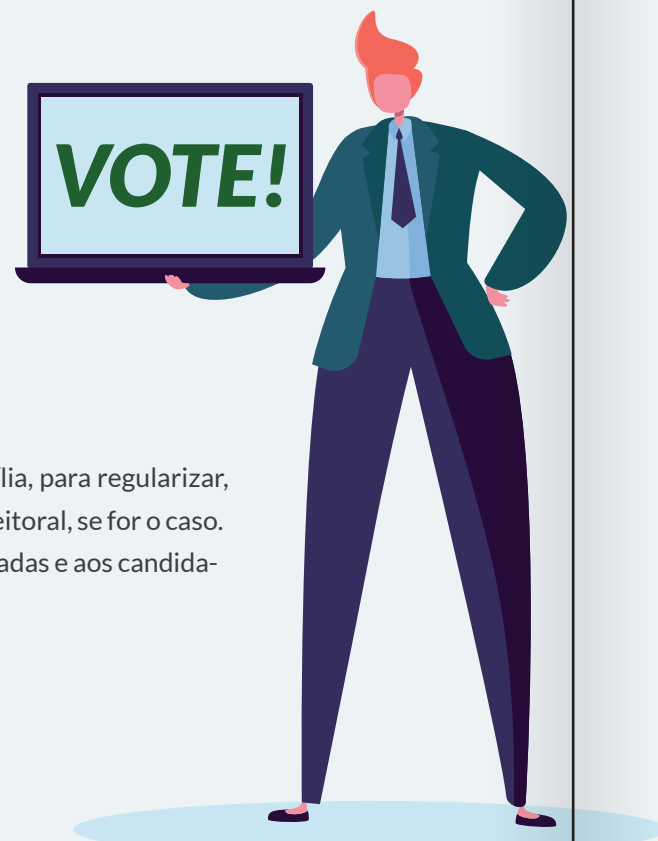
DR. ROBERSON MORON
2o. Secretário da Comissão Eleitoral da AMB

A Comissão Eleitoral da AMB, conforme Portaria AMB n. 003/2020, de 15 de abril de 2020, é composta por dr. Newton Barros, presidente; dr. Petrônio Gomes, primeiro secretário; e dr. Roberson Moron, segundo secretário. O presidente da Comissão Eleitoral da AMB é escolhido pelos membros da própria comissão.

Compete à Comissão recomendar todas as medidas administrativas, jurídicas e tecnológicas para que as atividades que compõem o processo eleitoral se conduzam pelo que rege o Estatuto Social da AMB e demais normas internas, bem como pela legislação.

Durante o processo eleitoral, ela é a responsável por organizar e auxiliar a interlocução entre a AMB, as comissões eleitorais das federadas, associados e chapas. Além de prestar informações sobre cada fase do processo. Até o dia 4/8, a Comissão Eleitoral da AMB fará a conferência e homologação do registro de todos os candidatos aos cargos de Diretoria, de Delegados ou para o Conselho Fiscal da AMB, informando às Federadas e aos candidatos, via correio eletrônico, o resultado da referida avaliação, indicando eventuais pendências que devam ser sanadas.

As candidaturas terão até o dia 10/08/2020, até as 18h, horário de Brasília, para regularizar, presencialmente ou por *e-mail*, as pendências indicadas pela Comissão Eleitoral, se for o caso. Até o dia 11/08, a Comissão Eleitoral da AMB deverá comunicar às Federadas e aos candidatos a lista final com as candidaturas homologadas.

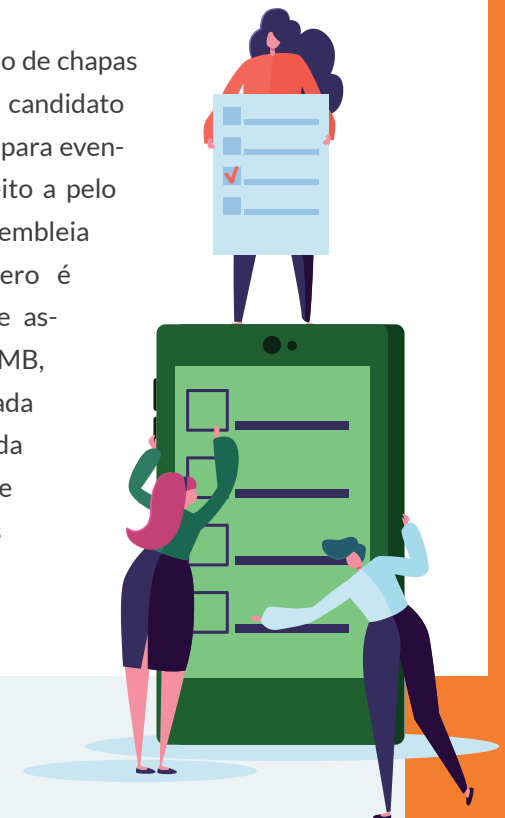


NÚMERO DE DELEGADOS DA AMB NO SEU ESTADO

As inscrições para os cargos de delegados da AMB deverão ser realizadas na sede das Federadas, entre as 9h do dia 20/07 até as 18h (horário de Brasília) do dia 3/08/2020.

O número de delegados a que cada estado tem direito na Assembleia de Delegados da AMB será informado às Federadas da Associação Médica Brasileira até o dia 15/07, conforme determina Calendário Eleitoral 2020 e em consonância com o Regimento Eleitoral, calculado sob as regras do Estatuto Social da entidade, a partir do cruzamento das informações cadastrais e financeiras mantidas pela AMB e encaminhadas pelas Federadas.

Serão admitidas candidaturas por meio de chapas e também de forma individual, cujo candidato também deverá indicar um associado para eventual suplência. Cada estado tem direito a pelo menos um representante para a Assembleia de Delegados da AMB. Esse número é acrescido conforme a quantidade de associados efetivos e quites com a AMB, na razão de um delegado para cada 500 associados. Também fazem parte da Assembleia de Delegados o presidente de casa Federada. Ou seus substitutos estatutários.



Reforço médico em Manaus

Programa O Brasil Conta Comigo realiza contratação especial de médicos para atuar no combate à Covid-19 no Brasil

POR LORRAINE SOUZA

Hospitais lotados, falta de leitos e doentes morrendo em casa, sem atendimento médico. O sistema de saúde em Manaus está em verdadeiro colapso. O crescente número de vítimas da Covid-19 na região é preocupante. Para reforçar o combate à pandemia no Amazonas, e em outros estados que enfrentam situação semelhante, o Ministério da Saúde criou o programa O Brasil Conta Comigo, para contratação especial de médicos e outros profissionais da saúde que se interessem em atuar nesses locais.

Remuneração adequada (paga pelo Ministério da Saúde), incluindo insalubridade e adicional noturno (quando for o caso), infraestrutura para atendimento (medicamentos, respiradores e outros equipamentos e insumos fundamentais em um cenário como o atual), alojamento e custos de deslocamento e de retorno à origem, quando necessários. “Em Manaus, a AMB conta com a Associação Médica do Amazonas (AMA), que tem atuado na vigilância quanto à entrega dessas condições de trabalho para os médicos que aderirem ao programa, bem como as daqueles que já estão no enfrentamento da Covid-19”, destaca Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

O Amazonas recebeu um reforço de 267 profissionais de saúde, contratados pelo Ministério da Saúde, para atuar no enfrentamento da Covid-19. São 37 médicos, 118 enfermeiros, 57 técnicos em enfermagem, 26 fisioterapeutas, 12 farmacêuticos e 17 biomédicos. Os profissionais vão passar por capacitações que incluem aulas teóricas e simulações práticas. No dia 4 de maio



Visita de Teich ao Hospital Delphina
Rinaldi Abdel Azir, em Manaus

eles participaram de palestra com Jorge Akel, presidente da AMA e o psiquiatra Cleber Naief, sobre os cuidados com a saúde mental. Os profissionais começaram o atendimento à população em 7 de maio.

Dos profissionais de saúde que aceitaram o convite para fazer parte da primeira equipe de apoio no atendimento de pacientes infectados pela doença, 236 moram em Manaus e outros 31 são de outros estados da Federação. Para apoiar as ações de planejamento técnico e logístico, em conjunto com os gestores do SUS no estado e da capital Manaus, o Ministério da Saúde enviou uma equipe junto com os profissionais, coordenada pelo diretor do Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Alessandro Glauco dos Anjos Vasconcelos.

Os profissionais contratados receberão salário-base, acrescido de adicional de insalubridade e compatível com a carga horária específica da sua profissão. O Mi-



Ministro Teich em visita ao Comando Militar da Amazônia

nistério da Saúde também providenciará alojamento, alimentação, transporte e seguro saúde, além de equipamentos para a realização do trabalho.

“Agradecemos a esses profissionais que se prontificaram a ir para a batalha contra a Covid-19. A doação de tempo de cada um é extremamente importante para o controle da pandemia”, reforça Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

No dia 6 de maio, o ministro da Saúde, Nelson Teich, esteve em Manaus para vivenciar os desafios enfrentados por gestores e profissionais da saúde, durante a crise instalada na região, no contexto da Covid-19. Teich visitou hospitais e ouviu as principais reivindicações das autoridades e entidades médicas do Amazonas. Jorge Akel, presidente da AMA, participou da visita do ministro da Saúde.

“Tenho certeza de que a única forma de ajudarmos a sociedade e salvar o maior número de pessoas é trabalharmos todos juntos, de forma estruturada e planejada”, destacou Teich em coletiva de imprensa.

O BRASIL CONTA COMIGO

O objetivo da estratégia de cadastramento dos profissionais é auxiliar os gestores do SUS nas ações de enfrentamento da Covid-19.



Ministro da Saúde visita hospitais em Manaus

“A AMB segue acompanhando para garantir que as condições de trabalho para os médicos que aderiram ao programa O Brasil Conta Comigo sejam cumpridas e que eles possam atender a população com os equipamentos de proteção adequados”, destaca Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

Até o momento, já são mais de 900 mil profissionais de todas as 14 categorias da área da saúde cadastrados, sendo que cerca de 400 mil estão dispostos a atuar no enfrentamento da Covid-19. A atuação pode ser desde em postos de saúde até em serviços de pronto-atendimento e leitos de UTI.

Para participar da iniciativa, os profissionais não podem ter vínculo empregatício atual com a administração pública direta ou indireta, já que se trata de um reforço ao SUS, nem estar entre os grupos de risco para coronavírus, ou seja, ser maior de 60 anos ou possuir doenças preexistentes.



Ministro Nelson Teich em reunião com o governo do Amazonas

Profissionais da saúde mais vulneráveis

Mudanças na atualização de nota técnica da Anvisa deixam profissionais de saúde mais vulneráveis ao coronavírus

POR LORRAINE SOUZA

Num momento em que os profissionais da saúde sofrem com a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a terceira atualização da Nota Técnica nº 04/2020 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicada em 31 de março, traz ainda mais preocupação para quem está na linha de frente no combate à pandemia. O texto rebaixa, sem justificativa científica consagrada, o nível de proteção contra o coronavírus indicado para os médicos e outros profissionais de saúde.

Nas versões anteriores da mesma Nota Técnica da Anvisa, a recomendação era idêntica à da Organização Mundial da Saúde (OMS), que orienta a utilização de máscara cirúrgica para proteger o nariz e a boca e também proteção para os olhos (por exemplo, óculos de proteção, proteção facial), antes de entrar na sala onde pacientes com doença respiratória aguda suspeita ou confirmada por Sars-CoV-2 estão sendo atendidos. Já as máscaras N95 são necessárias para procedimentos de geração de aerossóis.

O que a OMS sugere sobre o uso de EPIs para situações genéricas de atendimento a pacientes contaminados foi usado como recomendação no Brasil — mas para situações muito mais críticas e com riscos maiores de contágio. “Não existe nenhum trabalho científico que sustente a eficácia da máscara cirúrgica a menos de 1 metro de distância do paciente infectado, nem equivalência

ao nível de segurança da máscara N95”, destaca Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

Diogo alerta que isso faz uma grande diferença por estarmos lidando com um vírus sobre o qual há poucas informações sobre sua capacidade de transmissão. “O momento atual é de incertezas. Existem poucos estudos e evidências científicas sobre o novo coronavírus. Em situações como essa é primordial que haja precaução. Não podemos atuar com experimentações”, enfatiza.

COMO FICAM OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE?

Além de revelar a preocupação e o respeito pelo profissional que está na linha de frente no combate contra a pandemia, a indicação correta dos EPIs que devem ser utilizados também é importante do ponto de vista sistêmico. De acordo com levantamento feito pela AMB em 10 de maio, entre as denúncias de falta de EPIs enviadas à entidade, 87% dos médicos reclamam sobre a falta de máscaras N95. “Com a atualização da Anvisa na nota Técnica n. 04/2020, os médicos brasileiros não podem mais exigir dos gestores as máscaras N95 para certos atendimentos nos quais a própria OMS considera o equipamento como meio de proteção essencial”, pontua Diogo Sampaio.

Um médico infectado e assintomático, em contato diário com dezenas de pacientes que não tenham

87% dos médicos brasileiros reclamam da falta de máscaras N95

Covid-19, pode estar transmitindo a doença por semanas. Isso pode significar o contágio de centenas de pessoas por um só médico infectado. E o risco se amplia à medida que esse mesmo médico também poderá contagiar outros médicos e profissionais de saúde, que, na mesma dinâmica acima, irão disseminar o vírus para outras dezenas de pacientes por dia. Os atendimentos também serão afetados, pois, dependendo do caso, os profissionais de saúde que contraírem a Covid-19 podem ficar em isolamento por semanas, diminuindo a força de trabalho justamente no momento de maior demanda no combate ao vírus.

Lincoln Ferreira, presidente da AMB, ressalta que a preocupação da entidade deriva do histórico de médicos infectados e mortos no exterior, seja na Ásia, Europa ou Estados Unidos. Na China, por exemplo, são mais de 3.387 profissionais de saúde infectados. Na Itália são 5.760. Mesmo em locais onde os médicos têm acesso

aos equipamentos de segurança corretos, há grande incidência de contágio e infecção. “A escassez de determinados EPIs não justifica mudanças em orientações que deveriam se guiar pela técnica e pela ciência e, principalmente, pela prudência. Se estamos numa guerra, como dizem, não podemos mandar os soldados para a linha de frente sem armamento correto. Mas pior do que não ter armas de verdade para todos é entregar estilingues e chamá-los de arma”, reitera Lincoln Ferreira.

A AMB exige que a Anvisa proceda à imediata suspensão ou revisão deste documento, dado o elevado risco que gera para a saúde dos médicos, de outros profissionais de saúde e da própria população brasileira. “Reiteramos que não identificamos fundamentação científica que justifique esse rebaixamento

dos níveis de segurança. Finalmente, informamos a nossa firme disposição em lançar mão de todos os meios jurídicos cabíveis para garantir a proteção dos médicos e da população”, enfatiza o presidente da AMB.

MÁSCARAS RETIRADAS DO MERCADO

Em 11 de maio, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) interditou o uso de várias marcas de máscaras N95 e PFF2. De acordo com o órgão federal, os itens “podem não proporcionar proteção adequada aos profissionais de saúde”. A Resolução 1.480/2020 informa que pelo menos 51 fabricantes dos respiradores particulados tiveram modelos reprovados por não terem a filtragem adequada, o que pode ocasionar a contaminação no contexto da pandemia da Covid-19.



Máscaras N95 ou PFF2 são utilizadas durante procedimentos médicos que geram aerossóis

A medida, porém, poderá ser revertida mediante a apresentação de laudo emitido por laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), atestando a eficiência de filtragem em concordância com o padrão requerido para respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes.

A expectativa é por orientações do Ministério da Saúde, que deverá definir se todos os trabalhadores que fizeram uso desses EPIs passarão por teste para checar se não foram infectados. *“A interdição é para o uso dos respiradores para particulados (N95, PFF2 ou equivalente) em serviços de saúde. Os centros de saúde que adquiriram os modelos interditados são orientados a recolher os materiais”,* explica Lincoln Ferreira, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

ENTENDA MELHOR

A decisão da Anvisa tomou como base dois alertas norte-americanos. Um monitoramento realizado pelo National Institute for Occupational Safety and Health indicou que as máscaras falharam em demonstrar eficiência mínima de filtragem de partículas de 95%. Já a autoridade sanitária Food and Drug Administration (FDA) informou que a comercialização ou distribuição do produto está suspensa nos Estados Unidos, com a equivalência de máscara N95, própria para barrar riscos elevados de contágio. A FDA possui acordo com o Brasil para o compartilhamento de informações de segurança, eficácia e qualidade de artigos regulamentados pela Anvisa.

PAINEL • ANVISA



VEM AÍ: ELEIÇÃO AMB 2020

DIRETORIA E DELAGADOS PARA TRIÊNIO 2021/2023

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE!
(www.amb.org.br/eleicoes)



Two healthcare workers are shown from the chest up, wearing full personal protective equipment (PPE). They are wearing white hooded gowns, white surgical masks, and clear face shields. The face shields have blue straps with the text "Direct Splash Protection" and "Wear safety Face Shield". The worker on the left is a man, and the worker on the right is a woman. They are both looking directly at the camera. The background is dark.

Acesse
www.amb.org.br/epi

FALTAM EPIS NA SUA UNIDADE DE SAÚDE?
DENUNCIE!